

CLÁUDIO GERSON DOS SANTOS

**LUCRO PRESUMIDO *VERSUS* SIMPLES NACIONAL PARA INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis da Universidade
Federal do Estado de Santa Catarina
como requisito parcial à obtenção do grau
em Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientador: Profº MSc. Alexandre
Zoldan da Veiga.**

**Florianópolis
2008**

CLÁUDIO GERSON DOS SANTOS

**LUCRO PRESUMIDO *VERSUS* SIMPLES NACIONAL PARA
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 21, novembro de 2008.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Alexandre Zoldan da Veiga, MSc.
Orientador

Professora Maria Denize Henrique Casagrande, Dra.
Membro

Professora Juliane Vieira de Souza
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade e força para a realização deste sonho.

À minha mãe, Maria, que sempre me apoiou e sem ela não estaria cursando a universidade. Agradeço também a meus irmãos.

A minha esposa, Cristina, pelo auxílio e compreensão nos momentos difíceis.

Aos Professores Alexandre Zoldan Veiga, MSc. e Professora Juliane Vieira de Souza, pelo auxílio, paciência e dedicação.

A todos os professores que ministraram disciplinas no Curso de Ciência Contábeis Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeço aos meus colegas e a todos que diretamente ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

SANTOS, Cláudio Gerson Dos. Lucro Presumido *versus* Simples Nacional para Indústria, Comércio e Serviços. Monografia (Curso de Ciências Contábeis), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. 83 páginas.

Conceitua-se planejamento tributário com a finalidade de reduzir custos e contribuir com a tomada de decisão dos gestores relacionada ao ônus tributário. O presente estudo teve como objetivo geral demonstrar qual é o sistema de tributação mais vantajoso entre o lucro presumido ou simples nacional, para empresas de pequeno porte enquadradas nos ramos de atividades de comércio, indústria e prestação de serviços estabelecidas no Município de São José/SC. Para atingir esse objetivo inicia-se pelo estudo das pessoas jurídicas permitidas a optar pelos sistemas de tributação, constituídas na forma de sociedades. É conceituado as formas de tributação lucro presumido e simples nacional, com a descrição dos principais pontos e dos tributos abrangidos, ou seja, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPI, ISS e INSS. No decorrer da pesquisa busca-se evidenciar através de quadros os cálculos, análises e interpretação dos dados. O procedimento metodológico utilizado foi uma pesquisa descritiva, com uma abordagem quantitativa. Dessa maneira, efetua-se uma revisão bibliográfica. O estudo foi realizado com um exemplo para cada Anexo da LC nº. 123/2006 que institui o simples nacional, resultando em cinco empresas cujos dados para cálculo são os mesmos, alterando apenas os cálculos segundo o enquadramento tributário de cada atividade. A base de cálculo dos tributos previdenciários foi retirada do anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2007, pesquisa elaborada pela parceria entre o SEBRAE e DIEESE. Efetua-se uma projeção das receitas com valores não superiores ao limite de faturamento das empresas de pequeno porte. Posteriormente aplicam-se sobre os dados levantados por simulação os cálculos dos tributos, analisando os dados e informações geradas. Por fim, quanto ao sistema de tributação mais vantajoso para as empresas analisadas, verifica-se que para as sociedades do Anexo I ao Anexo IV é o simples nacional e para a empresa do Anexo V é o lucro presumido.

Palavras-chave: planejamento, redução de gastos, Simples Nacional e Lucro Presumido.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Percentuais aplicáveis ao IRPJ Lucro Presumido/Estimado.....	26
Quadro 02	Percentuais aplicáveis a CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido....	28
Quadro 03	Base de cálculo do ISS – Trabalho Pessoal - São José/SC.....	40
Quadro 04	Tabela de contribuição dos segurados empregado, doméstico e avulso	41
Quadro 05	Alíquota RAT e Códigos CNAE e FPAS por atividade.....	42
Quadro 06	Percentuais de contribuições previdenciárias e de terceiros de acordo com os códigos FPAS discriminados.....	43
Quadro 07	Lucro Presumido Alíquota Direta – Comercial I LTDA	47
Quadro 08	Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Comercial I LTDA	48
Quadro 09	Apuração do ICMS/SC – Comercial I LTDA	49
Quadro 10	Cálculo Simples Nacional Anexo I – Comercial I LTDA	50
Quadro 11	Lucro Presumido Alíquota Direta – Industrial II LTDA	51
Quadro 12	Apuração do IPI – Industrial II LTDA	52
Quadro 13	Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Industrial II LTDA	53
Quadro 14	Apuração do ICMS/SC – Industrial II LTDA	54
Quadro 15	Cálculo Simples Nacional Anexo II - Industrial II LTDA	55
Quadro 16	Lucro Presumido Alíquota Direta – Mecânica III LTDA	56
Quadro 17	Lucro Presumido Adicional de IR – Mecânica III LTDA	56
Quadro 18	Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Mecânica III LTDA	57
Quadro 19	Apuração do ISS - São José/SC – Mecânica III LTDA	58
Quadro 20	Cálculo Simples Nacional Anexo III - Mecânica III LTDA	59
Quadro 21	Lucro Presumido Alíquota Direta – Empreiteira IV LTDA	60
Quadro 22	Lucro Presumido Adicional de IR – Empreiteira IV LTDA	60
Quadro 23	Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Empreiteira IV LTDA.....	61
Quadro 24	Apuração do ISS - São José/SC – Empreiteira IV LTDA.....	62
Quadro 25	Cálculo Simples Nacional Anexo IV - Empreiteira IV LTDA.....	62
Quadro 26	Cálculo Previdência Social Simples Nacional Anexo IV – Empreiteira IV LTDA	63
Quadro 27	Lucro Presumido Alíquota Direta – Contábil V LTDA	65
Quadro 28	Lucro Presumido Adicional de IR– Contábil V LTDA	65
Quadro 29	Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Contábil V LTDA	66
Quadro 30	Apuração do ISS - São José/SC – Contábil V LTDA	66
Quadro 31	Cálculo Previdência Social Simples Nacional Anexo V – Contábil V LTDA	68

Quadro 32	Cálculo fator “r” Contábil V LTDA	68
Quadro 33	Cálculo Simples Nacional Anexo V, com “r” < 0,30 - Contábil V LTDA	69
Quadro 34	Resumo da carga tributária anual - Comercial I LTDA	70
Quadro 35	Resumo da carga tributária anual - Industrial II LTDA	71
Quadro 36	Resumo da carga tributária anual - Mecânica III LTDA	72
Quadro 37	Resumo da carga tributária anual - Empreiteira IV LTDA.....	73
Quadro 38	Resumo da carga tributária anual - Contábil V LTDA.....	74
Quadro 39	Resumo da carga tributária anual para todas as empresas.....	75

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
CEF	Caixa Econômica Federal
CGSN	Comitê Gestor do Simples Nacional
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CTM	Código tributário Municipal
CTN	Código Tributário Nacional
DACON	Declaração de Contribuições Sociais
DAS	Documento de Arrecadação do Simples
DASN	Declaração Anual do Simples Nacional
DCTF	Declaração de Contribuições e Tributos Federais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos
DIPJ	Declaração Integrada de Informações Econômicas Fiscais
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FGTS	Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço
FPAS	Fundo de Previdência e Assistência Social
GPS	Guia de Recolhimento para a Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IE	Imposto sobre exportações
II	Imposto sobre Importação
IN	Instrução Normativa
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTR	Imposto Territorial Rural
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISS	Imposto sobre Serviços
ITR	Imposto Territorial Rural
LC	Lei Complementar
LTDA	Limitada
MAFON	Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte
ME	Microempresa
MPE	Micro e Pequena Empresa
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul

PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS	Programa de Integração Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAT	Risco Acidente de Trabalho
RFB	Receita Federal do Brasil
RICMS	Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
SC	Santa Catarina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEF	Secretaria de Estado e Fazenda
SP	São Paulo
SRF	Secretaria da Receita Federal
TIPI	Tabela sobre Imposto de Produtos Industrializados
URM	Unidade de Referência Municipal

SUMÁRIO

RESUMO	04
LISTA DE QUADROS.....	05
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	07
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema e problema de pesquisa.....	11
1.2 Objetivos de pesquisa.....	13
1.3 Justificativa do estudo.....	13
1.4 Metodologia	14
1.5 Delimitações do estudo	16
1.6 Organização do estudo	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Pessoas Jurídicas	18
2.2 Sociedades.....	18
2.2.1 Sociedade Limitada	19
2.2.2 Sociedade Simples	20
2.3 Sistema Tributário	21
2.4 Planejamento Tributário	22
2.5 Lucro Presumido	23
2.5.1 Imposto de Renda	24
2.5.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	27
2.5.3 Programa de Integração Social (PIS)	28
2.5.4 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	29
2.6 Simples Nacional	30
2.6.1 Micro e Pequenas Empresas	30
2.6.2 Empresas impedidas e permitidas	31
2.6.3 Recolhimento e abrangência	33
2.6.4 Cálculo do Simples Nacional	34
2.7 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação(ICMS).....	36
2.8 Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	37
2.9 Imposto sobre Serviços (ISS)	39
2.10 Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	40
2.11 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	43
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	44
3.1 Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2007	44
3.2 Levantamento de dados por simulação	45
3.3 Cálculo, Análise e Interpretação de dados	46
3.3.1 Comercial I LTDA	47
3.3.1.1 Lucro Presumido	47
3.3.1.2 Simples Nacional	50
3.3.2 Industrial II LTDA	51
3.3.2.1 Lucro Presumido	51
3.3.2.2 Simples Nacional	54

3.3.3 Mecânica III LTDA	55
3.3.3.1 Lucro Presumido	56
3.3.3.2 Simples Nacional	58
3.3.4 Empreiteira IV LTDA	59
3.3.4.1 Lucro Presumido	60
3.3.4.2 Simples Nacional	62
3.3.5 Contábil V LTDA	64
3.3.5.1 Lucro Presumido	64
3.3.5.2 Simples Nacional	67
3.3.6 Análise entre Lucro Presumido e Simples Nacional	70
 4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	 76
4.1 CONCLUSÕES	76
4.2 RECOMENDAÇÕES	77
 REFERÊNCIAS	 78
 ANEXOS	 84

1. INTRODUÇÃO

Administrar um empreendimento é percorrer um caminho de diversas provas onde a cada momento surge um problema a ser resolvido. Atualmente são constantes as informações sobre empreendimentos que iniciam suas atividades e não conseguem permanecer no mercado por muito tempo.

A fundação ou o gerenciamento de uma empresa implica também em um planejamento estratégico em que, dentre inúmeros outros fatores, as questões tributárias assumem um alto grau de importância, sendo um dos pontos determinante na viabilidade econômica do empreendimento.

No Brasil, existe uma constante alteração das normas tributárias, sendo necessário uma atualização periódica do controle tributário, pois, com a redução deste custo as empresas podem investir em outras áreas tornando-se mais competitivas.

O processo de planejamento tributário constitui em uma importante estratégia para as organizações, pois através da identificação dos custos tributários pode aumentar a lucratividade ou corrigir o rumo das ações com agilidade tornando-se mais competitiva no mercado.

Assim também é para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), pois também devem se preocupar com a implantação de sistemas de controle tributário, obedecendo a uma série de legislações específicas.

Este estudo visa facilitar a tomada de decisão das Empresas de Pequeno Porte a alcançarem os objetivos almejados de redução de custos tributários.

A seguir apresenta-se o tema e problema de pesquisa, posteriormente é exposto o objetivo geral e específicos estabelecidos no estudo, a justificativa, metodologia que utiliza-se no estudo e as delimitações.

1.1 Tema e problema de pesquisa

No Brasil, atualmente existe a conscientização por parte das entidades de classe e da população em geral, referente aos constantes aumentos de tributos sobre as pessoas jurídicas e físicas. É fato notório o descontentamento da sociedade, pois quando a administração pública verifica algum déficit público, tem como uma das primeiras ações a criação de novos tributos ou a elevação das alíquotas dos já existentes.

Para Odílio Guarezi, Presidente da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (GUAREZI, 2008, p. 6):

O Governo cobra um preço altíssimo da sociedade. Estima-se que o trabalhador brasileiro gaste 140 dias do ano só para pagar tributos. Os impostos, taxas e contribuições representam hoje 36% do PIB – Produto Interno Bruto. Segundo o IPEA, a carga tributária cresceu 8,5% do PIB entre 1995 e 2007, enquanto as carências de infra-estrutura do País se acentuaram.

A elevação dos tributos é constatada primeiramente pelos empresários, ampliando diretamente o custo dos produtos e serviços prestados, somando este fato ao da concorrência imposta pelo mercado atual, obrigando os empresários a estarem cada vez mais preparados e qualificados em todos os meios produtivos.

Além dos objetivos fins das empresas e a atenção com qualidade aos usuários internos e externos, os gestores devem administrar os seus empreendimentos analisando as receitas, despesas e custos, e um deles são os tributos incidentes sobre as receitas auferidas com o recolhimento aos órgãos governamentais.

A presente pesquisa busca evidenciar os regimes de apuração de impostos e contribuições auferidas por empresas enquadradas no Simples Nacional ou no Lucro Presumido, através da confrontação de duas formas de tributação, com exemplos nos setores do Comércio, Indústria e Serviços, onde o objeto da pesquisa são cinco empresas com o faturamento fiscal e a folha de pagamento de salários projetadas, localizadas no município de São José/SC, sendo um exemplo para cada anexo da Lei Complementar (LC) nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.

A desorganização no controle, apuração e recolhimento dos tributos gera um grande problema para empresas despreparadas, gerando uma redução nos lucros das organizações. Porém, estas informações quando confiáveis e de fácil interpretação para os usuários, podem fortalecê-las economicamente no meio empresarial.

Atualmente percebe-se que a legislação esta se adaptando lentamente, seguindo as necessidades do governo e do setor empresarial, geralmente através de resoluções emitidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), sendo que até dia 15/10/2008 existiam 42 (quarenta e duas) resoluções.

Algumas empresas direcionam somente para as atividades fins, no entanto, para que trabalhem de maneira economicamente viável, existe a necessidade do planejamento tributário com a finalidade de diminuir legalmente a carga tributária incidente sobre suas atividades.

Desta maneira, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o sistema de tributação mais vantajoso para uma empresa Comercial, Industrial e Prestadora de Serviços? O Simples Nacional ou Lucro Presumido?

1.2 Objetivos da pesquisa

Este trabalho tem como objetivo geral verificar qual é o sistema de tributação mais vantajoso entre o Simples Nacional ou Lucro Presumido, para uma empresa Comercial, Industrial e Prestadora de Serviços, localizadas no município de São José/SC. De maneira específica pretende-se:

- Conceituar planejamento tributário;
- Descrever as formas de tributação: Lucro Presumido e Simples Nacional;
- Verificar as vantagens e desvantagens tributárias da opção pelas formas de tributação do Simples Nacional ou Lucro Presumido para o ano de 2009.

1.3 Justificativa do estudo

O estudo de caso será realizado em 05 (cinco) empresas com receitas e despesas projetadas, empresas privadas com fins lucrativos, organizadas através de Sociedades Limitadas e Simples, cada sociedade com um único objetivo social.

Este estudo tem como intuito contribuir para a melhoria do sistema de controle tributário e desenvolvimento econômico-social e auxiliar na tomada de decisões com a máxima eficiência.

As informações organizadas e geradas pelo levantamento de receitas, despesas e apuração de tributos podem ser utilizadas para o aperfeiçoamento do processo administrativo financeiro das empresas.

Desta forma, torna-se importante estudar a implantação do sistema tributário contábil com uma proposta de redução de gastos tributários.

O estudo também possui a função de atualizar o autor com as legislações e normas legais, ampliando desta forma seus conhecimentos acadêmicos e tributários, auxiliando no exercício de uma futura vida profissional no ramo de serviços contábeis.

Dado o exposto, acredita-se que a presente pesquisa possui relevância ao procurar contribuir para o entendimento tributário, auxiliando no controle financeiro e a sua aplicação nas empresas de diversos ramos constituídos como pessoa jurídica de direito privado na forma de Sociedade Limitada e Sociedade Simples.

1.4 Metodologia

A formulação desta pesquisa científica tem como projeto a elaboração de um trabalho monográfico.

Segundo Longaray e Beuren (2004, p. 40) “Monografia é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática.”

A metodologia adotada nesta pesquisa compreende, inicialmente, do delineamento, a discussão do objeto de estudo e de sua natureza.

Para Kerlinger (1998, p. 94 apud. RAUPP e BEUREN. 2004, p. 76) “a palavra delineamento focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura que se torna um guia para a experimentação, coleta de dados e análise”.

O indivíduo para desenvolver um trabalho acadêmico necessita de reflexão sobre o tema proposto, sabe-se que partir deste momento, ocorre um aprofundamento gradativo por parte de quem escreve.

Sobre as tipologias de pesquisas e aplicação na prática, pode-se enquadrá-la quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva, pois conforme Gil (1999, apud RAUPP e BEUREN. 2004, p. 81) “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para a realização desta pesquisa quanto aos procedimentos delineados e a obtenção de dados caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, utilizando-se de fontes primárias e secundárias.

De acordo com Gil (1999 apud RAUPP e BEUREN. 2004, p. 87).

explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros tipos de estudo exigirem trabalho dessa natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica para Cervo e Bervian (1983, p. 55 apud RAUPP e BEUREN. 2004, p. 86).

explica um problema a partir de referencias teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Dentro do contexto bibliográfico, efetuou-se uma pesquisa em dados primários e secundários, através de um levantamento das principais legislações que regulamentam o Simples Nacional e o Lucro Presumido, utilizando-se de livros, artigos publicados em revistas e na internet, e principalmente a legislação sobre as modalidades de tributação abrangidas.

Quanto a tipologia sobre abordagem do problema é utilizado pesquisa quantitativa, segundo Raupp e Bauren (2004, p. 92).

[...] a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos.

O objeto de estudo são cinco empresas fictícias localizadas no município de São José/SC, todas possuindo os mesmos dados projetados referentes ao faturamento e folha de pagamentos do ano de 2008 e para o ano de 2009, alterando a forma de cálculo dos impostos e contribuições, conforme o seu enquadramento na legislação.

As empresas formam um exemplo para cada anexo da LC 123/2006, especificamente uma no ramo de comércio varejista de confecções em geral; uma no ramo da indústria de produtos de serralheria; uma prestadora de serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; uma prestadora de serviços de empreiteira de mão de obra na construção civil; e um escritório de contabilidade.

Todas as empresas abordadas no estudo são permitidas a optar pelo Simples Nacional e Lucro Presumido, levando em consideração a sua atividade econômica.

Os dados sobre a folha de pagamentos de salários foram retirados do anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2007, pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), dados estes atualizados para 2009, através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto ao faturamento buscou-se projetar valores significativos para EPP's quanto ao custo dos impostos e contribuições, suficiente para comportar as despesas projetadas.

Todos os dados coletados foram organizados e relacionados em forma de quadros que demonstram: o faturamento, as compras de mercadorias, os cálculos e resultados da comparação das duas formas de tributação estudadas.

Desta forma, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva e bibliográfica, com abordagem quantitativa desenvolvida por meios de fontes primárias e secundárias.

1.5 Delimitações do estudo

O trabalho consiste em pesquisa descritiva e bibliográfica com valores projetados que podem servir como modelo para empresas que se enquadrem no objeto de estudo, sendo que foram aplicadas somente duas formas de tributação: Lucro Presumido e Simples Nacional.

Os principais pontos delimitadores deste trabalho são:

- Direcionamento a EPP no ramo de Comércio, Indústria, e Serviços com valores projetados que terão seu alcance limitado as empresas semelhantes à projeção.
- O levantamento tributário levou em consideração somente as modalidades Lucro Presumido e Simples Nacional, não se preocupando com o Lucro Real e problemas gerenciais ou contábeis.
- Todas as empresas identificadas estão localizadas no município de São José/SC, desta forma utiliza-se a legislação deste município e a legislação do Estado de Santa Catarina.

1.6 Organização do estudo

O estudo está organizado da seguinte forma:

No capítulo 1, explanam-se sobre o tema e problema identificando a sua importância, logo após apresentam o objetivo geral e específico do trabalho, em seguida a justificativa do estudo e metodologia aplicada, e por fim, as limitações e a organização do estudo.

No capítulo 2, efetuaram-se a revisão bibliográfica da pesquisa, iniciando pela identificação de pessoa jurídica, formas de sociedade, sistema e planejamento tributário, formas de tributação Lucro Presumido e Simples Nacional, e breve exposição sobre ICMS, IPI, ISS, INSS e FGTS.

No capítulo 3, contempla-se a descrição e análise de estudo de caso, com um breve relato sobre o anuário do trabalho na ME e EPP 2007, em seguida o levantamento dos dados coletados no estudo, posteriormente a análise e interpretação dos dados coletados.

E finalmente o capítulo 4, evidencia-se as conclusões deste trabalho, em seguida as recomendações para estudos futuros, dentro do mesmo tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, inicialmente será contemplado a fundamentação teórica pertinente ao tema de estudo, expondo os conceitos sobre pessoas jurídicas, sistema tributário, planejamento tributário e as modalidades de tributação em estudo Lucro Presumido e Simples Nacional.

2.1 Pessoas Jurídicas

As pessoas jurídicas são classificadas segundo o Código Civil Brasileiro (CC) instituído pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, em direito público, interno ou externo, e de direito privado (BRASIL, 2002, Art.40, Lei 10.406).

As pessoas jurídicas de direito público interno são: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, as demais entidades de caráter público criadas por lei (BRASIL, 2002, Art. 41, Lei 10.406).

As pessoas jurídicas de direito externo são os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem registradas no direito internacional público (BRASIL, 2002, Art. 42, Lei 10.406). As pessoas jurídicas de direito privado são as associações, as sociedades e as fundações, sua existência jurídica tem início com a inscrição do ato constitutivo no respectivo órgão de registro, precedido quando necessária de autorização ou aprovação do Poder Executivo (BRASIL, 2002, Art. 44, Lei 10.406).

2.2 Sociedades

Sociedade é a união em comum acordo entre duas ou mais pessoas que unem seus recursos e trabalho com o objetivo de atingir uma finalidade comum (IUDÍCIBUS; MARION, 1985).

O art. 981 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 estabelece que:

Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

Parágrafo único. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.

Segundo Iudícibus e Marion (1985, p. 30), “Pessoa, no conceito jurídico, é todo ente capaz de direitos e obrigações. As pessoas podem ser físicas ou jurídicas”.

A pessoa física é pessoa natural, é todo o ser humano não possuindo restrições a regra, sendo que a sua existência da termina com sua morte. A pessoa jurídica é a reunião de duas ou mais pessoas físicas com capacidade de possuir, exercer e contrair direitos e obrigações, iniciando uma nova personalidade jurídica, distinta a dos seus sócios (IUDÍCIBUS; MARION, 1985).

As pessoas naturais só terão personalidade e capacidade jurídica, segundo o Código Civil Brasileiro, quando atenderem o seu art.5º:

Art. 5º. A menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 (dezesseis) anos completos tenha economia própria.

As pessoas jurídicas de direito privado iniciam sua existência legal com o registro do ato constitutivo no respectivo órgão, sendo necessário a averbação no registro de todas as alterações por que passar o ato constitutivo (BRASIL, 2002, Art. 45 Lei 10.406).

As duas formas de sociedades autorizadas a optar pelo Simples Nacional são: Sociedade Limitada (LTDA) e Sociedade Simples.

2.2.1 Sociedade Limitada

As sociedades limitadas são regidas pelos artigos 1052 ao 1087 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002. São empresas que o capital social é representado por quotas, e a responsabilidade dos participantes no empreendimento é limitada ao total do capital social investido.

A responsabilidade dos sócios restringe à obrigação de integralização das quotas que subscreveu no contrato social, embora os sócios possuam a responsabilidade solidária pela

integralização das quotas subscritas dos demais sócios (BRASIL, 2002, Art. 1052, Lei nº. 10.406).

Empresas constituídas na forma de sociedade limitada devem utilizar a palavra limitada ou a abreviação LTDA, podendo atuar no setor da indústria, comércio e serviços (BRASIL, 2002, Art. 1158, Lei nº. 10.406).

2.2.2 Sociedade Simples

De forma ampla, são sociedades que fornecem serviços, com ou sem fins lucrativos, e não praticam atos no comércio. Antes do novo Código Civil Brasileiro, eram denominadas Sociedades Cíveis. São exemplos de sociedades simples estabelecimento de ensino, clínicas, consultórios, escritórios contábeis, escritórios de engenharia entre outros (IUDÍCIBUS; MARION, 1985).

As sociedades simples são regulamentadas pelos artigos 997 a 1038 da Lei 10.406/2002, onde devem constituir-se mediante contrato escrito, particular ou público, contendo identificação dos sócios, denominação, objeto, prazo, capital, forma de integralização, administração, objeto, participação nos lucros e nas perdas, as responsabilidades de cada sócio para com a sociedade e demais exigências da lei.

A constituição e as alterações nas sociedades simples devem ser averbadas pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas no local de sua sede. Os sócios que se retirarem da sociedade respondem pelo prazo de até dois anos da averbação da modificação do contrato em órgão competente (BRASIL, 2002, Art. 998, Lei nº. 10.406).

O administrador responde solidariamente por seus atos para com sócios ou terceiros prejudicados pelo seu desempenho na execução de seu cargo (BRASIL, 2002, Art. 1016, Lei nº. 10.406). No falecimento de um dos sócios serão liquidadas suas quotas, a menos que o contrato esteja redigido de forma diferente ou os sócios remanescentes optem pela dissolução da sociedade, ou em comum acordo com os herdeiros, seja substituído o sócio falecido (BRASIL, 2002, Art. 1028, Lei nº. 10.406).

As Sociedades Simples são regidas pelas leis comerciais, mesmo que sua finalidade seja civil, quando visam o lucro não o fazem através da mediação, mas sim da prestação de serviços (IUDÍCIBUS; MARION, 1985).

2.3 Sistema Tributário

O sistema tributário nacional é regido pela Emenda Constitucional nº. 18 de 01 de dezembro de 1965, por leis complementares, por resoluções do Senado Federal e nos limites das respectivas competências pelas leis federais, leis estaduais e leis municipais (BRASIL, 1966, Art. 1º, Lei nº. 5.172).

Cassone (p. 18, apud VELOSO, 2008, P. 01) explica que: "*Sistema Tributário Nacional é o conjunto de princípios constitucionais que rege o poder de tributar, as limitações deste poder e a repartição das correspondentes receitas*".

Tributo segundo o Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966, Art. 3º, Lei nº. 5.172):

Art. 3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante a atividade administrativa plenamente vinculada.

[...]

Art. 5º Tributos são impostos, taxas, e contribuições de melhoria.

Imposto é uma contribuição monetária, direta ou indireta, que os poderes públicos cobram da pessoa física ou jurídica para poder cumprir com as despesas da administração pública. Os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, conferência da efetividade aos objetivos, identificar, e respeitar os direitos individuais nos termos da lei (VELOSO, 2008).

Segundo Veloso (2008 p. 03):

Taxas são os impostos ou tributos em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

A contribuição de melhoria é o tributo que a obrigação tem por fato gerador a valorização de imóveis do contribuinte, decorrente de obras públicas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (VELOSO, 2008).

Para Veloso (2008, p. 02) "Fato gerador é a situação que faz nascer à obrigação de pagar a importância pecuniária devida".

Atualmente no Brasil existem vários tipos de contribuições, impostos, taxas em todos os entes federativos União, Estados e Municípios totalizando 84 tributos (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2008).

Os contribuintes do imposto de renda pessoa jurídica são todas as empresas, pois as normas do imposto de renda aplicam-se as legalmente registradas nas repartições públicas e as empresas que estão na informalidade. As formas de tributação são pelo Lucro Presumido, Lucro Real, Lucro Arbitrado e o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas ME's e EPP's ou chamado de Simples Nacional .

Neste estudo trataremos especificamente dos impostos e contribuições incidentes sobre as receitas das empresas identificadas, destinadas a Receita Federal do Brasil, a Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina e a Secretaria Municipal de Finanças de São José/SC, tributadas pelo Lucro Presumido e Simples Nacional.

2.4 Planejamento Tributário

Com a alta competitividade das empresas em um sistema econômico globalizado e a elevada carga tributária em nosso País, segundo Zalunca (2008) “É de notório conhecimento que o nível de tributação sobre as empresas e pessoas físicas no Brasil é absurdo, chegando a inviabilizar certos negócios”.

Para Andrade Filho (2008, p. 01) a alta carga tributária é agravada:

[...] pelo caos formado pela enorme quantidade de leis e diplomas normativos, exige que as empresas adotem medidas de otimização da carga tributária ou de “planejamento tributário”. A otimização tributária pode ser obtida pela criação de mecanismos de controle e análise de dados, [...]

Direcionando as empresas a uma constante procura por ferramentas gerenciais que auxilie os gestores na tomada de decisões, principalmente para pequenas e microempresas que possuem uma menor capacidade financeira, e uma das ferramentas é o planejamento tributário.

O conceito de planejamento tributário conforme Zalunca (2008), “[...] é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos”.

O Planejamento Fiscal vem contribuir ao aprimoramento das empresas no seu controle fiscal, através de práticas lícitas capazes de excluir, reduzir ou adiar o ônus tributário (BORGES, 2008).

Andrade Filho explica que:

[...] o bom planejamento tributário é aquele em que as alternativas e os cenários são construídos com acuidade, em que as decisões são tomadas levando-se em

consideração as particularidades de cada caso e em que há zelo na adoção das medidas necessárias a dar curso às decisões estratégicas.

Assim, conforme Borges (2008, p.35) “[...] as idéias e planos voltados à economia de impostos pressupõem o emprego de *estruturas e formas jurídicas adequadas, normais e típicas* à materialização dos respectivos negócios industriais, operações mercantis e prestações de serviços”.

O planejamento tributário pode ser aplicado em qualquer área de uma empresa, utilizada como ferramenta para reduzir os encargos diretos reduzir os custos dos bens e serviços adquiridos, ou ainda reduzir o montante dos recursos necessários para atender a legislação tributária (ANDRADE FILHO, 2008).

A forma lícita de planejamento tributário denomina-se elisão fiscal ou economia legal, e a forma ilegal denomina-se evasão fiscal ou sonegação fiscal. Existem duas formas de elisão fiscal, aquela decorrente da própria lei, e a que resulta de lacunas e brechas existentes na própria lei (ZALUNCA, 2008).

Para alcançar objetivos deste estudo serão verificadas somente as formas tributárias: Lucro Presumido e Simples Nacional.

2.5 Lucro Presumido

É a forma de apuração de imposto trimestral com base no Lucro Presumido, ou seja, sobre a receita bruta auferida do estabelecimento, através de vendas, serviços prestados, é aplicado um percentual de presunção de acordo com o enquadramento da atividade ou atividades da empresa, que podem ser 1,6% (um vírgula seis por cento), 8% (oito por cento), 16% (dezesesseis por cento) ou 32% (trinta e dois por cento), índices do Art. 25, inciso I da Lei nº. 9.430 de 1996.

Segundo Santos (2008, p.2) “O Lucro Presumido é uma forma de tributação simplificada para efeito da determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL das pessoas jurídicas que não são sujeitas à apuração do lucro real”.

A opção pelo Lucro Presumido é efetuada com a quitação da primeira ou única quota do imposto devido no primeiro trimestre do ano civil ou no início de sua atividade, conforme Art. 26 da Lei nº. 9.430 de 1996 e §1º do art. 13 da Lei nº. 9.718 de 1998.

Existem pessoas jurídicas que não podem optar pelo Lucro Presumido e estão obrigadas a recolherem impostos e contribuições com base no Lucro Real, conforme Art. 14 da Lei nº. 9.718/98, com alterações da Lei nº. 10.637/02. São as seguintes empresas:

- a) que a receita bruta do ano anterior tenha ultrapassado a quantia de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou proporcionalmente aos meses do início de atividades, não somando no faturamento as vendas canceladas, o IPI destacado na nota fiscal, os descontos concedidos incondicionalmente, receitas de outras fontes não relacionadas com o objeto social, ganhos de capital, ganhos líquidos nos mercados de renda variável e rendimentos em renda fixa;
- b) com as atividades de bancos comerciais, de investimentos, de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento, investimento, sociedade de créditos imobiliários, empresa de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência aberta;
- c) que obtiveram ganhos de capital, lucros e rendimentos oriundos do exterior;
- d) autorizadas pela Legislação Tributária, queiram usufruir de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do Imposto de Renda.
- e) que no decorrer do ano base efetue pagamentos mensais pelo regime de estimativa, na forma do Art. 2º da Lei nº. 9.430/96.
- f) com exploração das atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços.

As empresas optantes pelo Lucro Presumido, além de outros tributos, recolheram aos cofres federais um percentual sobre a receita tributável referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS).

2.5.1 Imposto de Renda

Desde o ano de 1996 a alíquota do Imposto de Renda é de 15% (quinze por cento) e o valor devido é identificado com a aplicação deste percentual sobre a base de cálculo encontrada através da aplicação dos índices de presunção sobre a receita tributável (BRASIL,

2008, RFB, Alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica Tributadas pelo Lucro Real, Presumido e Arbitrado).

Na apuração do Lucro Presumido trimestral, quando o valor da presunção ultrapassar a quantia R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), ou proporcionalmente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensal nos casos de início ou encerramento de atividades, será recolhido o adicional de imposto de renda com alíquota de 10% (dez por cento), sobre a base de cálculo excedente (BRASIL, 2008, RFB, Alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica Tributadas pelo Lucro Real, Presumido e Arbitrado).

Sobre o Imposto de Renda apurado poderá ser deduzido o imposto de renda retido na fonte e imposto pago a maior ou indevidamente em períodos anteriores que não foram compensados (BRASIL, 2008, MAFOM).

As empresas enquadradas no regime de apuração pelo Lucro Presumido estão proibidas de deduzir qualquer incentivo fiscal no imposto devido, segundo Art. 10 da Lei nº. 9.532 de 1997.

A base de cálculo do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Presumido será apurado sobre a receita bruta trimestralmente, determinada segundo a aplicação dos percentuais de presunção fixados conforme a atividade da empresa, sendo que deverá ser somado a esta base o resultado de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital (LUNKES, 2004)

O quadro 01 demonstra os percentuais de presunção, alíquota do IR e o percentual direto do Imposto de Renda, enquadra conforme a atividade do contribuinte.

Quadro 01 - Percentuais aplicáveis ao IRPJ Lucro Presumido/Estimado

Atividade	Percentual de	Alíquota do	Percentual
	presunção	IR	direto
Revenda de combustíveis	1,60%	15%	0,24%
Venda de mercadorias, industrialização por encomenda	8%	15%	1,20%
Prestação de serviços hospitalares	8%	15%	1,20%
Transporte de cargas	8%	15%	1,20%
Transporte de passageiros	16%	15%	2,40%
Serviços em geral (*)	32%	15%	4,80%
Serviços relativos a profissão legalmente regulamentada	32%	15%	4,80%
Intermediação de negócios (*)	32%	15%	4,80%
Administração, Locação ou Cessão de Bens Imóveis, Móveis e direitos de qualquer natureza, como por exemplo: franchising, factoring, etc. (*)	32%	15%	4,80%
Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos, Caixas Econômicas, etc	16%	15%	2,40%
Loteamento, incorporação, venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda	8%	15%	1,20%
Construção por administração ou por empreitada, unicamente de mão-de-obra (*)	32%	15%	4,80%
Construção por administração ou por empreitada com fornecimento de materiais e mão-de-obra	8%	15%	1,20%
Auxílio diagnóstico e terapia, patológica clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatológica, medicina nuclear e análises e patologias clínicas	8%	15%	1,20%

Fonte: INFORMARE (2008, AGENDA TRIBUTÁRIA).

As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral identificadas na tabela com (*), cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), poderão utilizar, para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda mensal, o percentual de 16% (dezesesseis por cento) (INFORMARE, 2008, BOLETIM n.º. 33).

Porém, se a pessoa jurídica que houver utilizado o percentual beneficiado para o uso pagamento mensal do imposto, cuja receita bruta acumulada até determinado mês do ano-calendário exceder o limite de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ficará sujeita ao

pagamento da diferença do imposto postergado, apurada em relação a cada mês transcorrido (INFORMARE, 2008, BOLETIM nº. 33).

A diferença do imposto apurado deverá ser paga até o último dia útil do mês subsequente àquele que ocorreu o excesso, no caso da empresa efetuar os recolhimentos por estimativa mensal é até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorreu o excesso, no caso da empresa efetuar os recolhimentos com base no Lucro Presumido (INFORMARE, 2008, BOLETIM nº. 33).

As pessoas Jurídicas com tributação pelo Lucro Presumido devem manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial ou livro caixa; livro registro de inventário com os estoques existentes no término de cada ano; documentação relativa aos negócios que praticar, livros de escrituração obrigatórios pela legislação fiscal; e todos os demais papéis que serviram como base para elaboração dos livros, em ordem e guarda enquanto não decorrer o prazo decadencial do direito (INFORMARE, 2008, BOLETIM nº. 33); apresentar Declaração Integrada de Informações Econômicas Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Declaração de Contribuições e Tributos Federais (DCTF) e Declaração de Contribuições Sociais (DACON) nos prazos previstos na legislação (BRASIL, 2008, RFB, Prazos de Entrega de Declarações).

2.5.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O cálculo da contribuição social é efetuado de forma semelhante ao do Imposto de Renda Pessoa Jurídica Lucro Presumido, sendo aplicada os percentuais conforme a atividade com período de apuração trimestral.

A alíquota da contribuição social até o mês de abril de 2008, era de 9% (nove por cento) para todas as empresas, porém de acordo com a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 e posterior instrução normativa RFB nº 810 de 21 de janeiro de 2008, ocorreu a elevação da alíquota para 15% (quinze por cento), a partir do mês de maio de 2008, para as Pessoas Jurídicas de Seguros privados, as de Capitalização e as referidas nos incisos I a XII do §1º do art. 1º da Lei Complementar nº. 105, de 10 de janeiro de 2001, permanecendo as demais com a alíquota anterior.

Segundo SEBRAE/SP (2008) a base de cálculo da contribuição é:

“1.O valor correspondente a 12% (doze por cento) da receita bruta auferida no trimestre, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador, dos quais o vendedor dos bens ou prestador de serviços seja mero depositário.

2. 12% (doze por cento) da parcela das receitas auferidas, no respectivo período de apuração, nas exportações às pessoas vinculadas ou para países com tributação favorecida, que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa, na forma da IN SRF nº 243, de 2002.

Ressalte-se que a partir de 1º/09/2003, o percentual da receita bruta a ser considerado para efeito de determinação da base de cálculo da CSLL será de 32 % (trinta e dois por cento), inclusive em relação à parcela das receitas mencionadas no item 2 acima, para as atividades de:

- 1) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares;
- 2) intermediação de negócios;
- 3) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;
- 4) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços ("factoring").

No caso de atividades diversificadas será aplicado o percentual correspondente a cada atividade.

No quadro 02, estarão relacionadas as atividades, percentuais de presunção, alíquota da CSLL e o percentual direto.

Quadro 02 - Percentuais aplicáveis a CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Atividades	Percentual de	Alíquota do	Percentual
	presunção	CSLL	direto
prestação de serviços em geral (exceto a de serviços hospitalares, transporte de cargas e passageiros); intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (<i>factoring</i>), serviços de profissão regulamentada; construção por administração ou por empreitada, com fornecimento de unicamente de mão de obra	32%	9%	2,88%
Demais pessoas jurídicas	12%	9%	1,08%

Fonte: INFORMARE (2008, AGENDA TRIBUTÁRIA), adaptada pelo autor.

2.5.3 Programa de Integração Social (PIS)

O PIS foi instituído pela Lei Complementar 07 de 1970, para auxiliar os trabalhadores e o PASEP foi instituído pela Lei Complementar 08 de 1970, para beneficiar os funcionários públicos, sendo controlado pela Caixa Econômica Federal e outro pelo Banco do Brasil.

Quando foi idealizado, teria a finalidade de integração do empregado com a empresa e a ampliação da distribuição de renda (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2008).

Atualmente é arrecado pela Receita Federal, e as receitas com o PIS possuem objetivos de financiar o seguro desemprego e o abono anual para os trabalhadores que percebem em média dois salários mínimos por ano (OLIVEIRA, 2002).

O cálculo do PIS se subdivide em 03 formas de cálculo: PIS não cumulativo para empresas optantes pelo lucro real, PIS folha de Pagamentos para entidades sem fins lucrativos com funcionários registrados e PIS Cumulativo ou Faturamento para empresas optantes pelo Lucro Presumido.

A base de cálculo para do PIS cumulativo é o faturamento mensal, ou seja, a totalidade das receitas auferidas por todos os tipos de empresas, segundo a Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2008, RFB, Regime de Incidência Cumulativa) excluindo-se:

- a. das receitas isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota 0 (zero);
- b. das vendas canceladas;
- c. dos descontos incondicionais concedidos;
- d. do IPI;
- e. do ICMS, quando destacado em nota fiscal e cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- f. das reversões de provisões;
- g. das recuperações de créditos baixados como perdas, que não representem ingresso de novas receitas;
- h. dos resultados positivos da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido;
- i. dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;
- j. das receitas não-operacionais, decorrentes da venda de bens do ativo permanente.

A alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo no regime cumulativo é de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), com apuração mensal.

2.5.4 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A COFINS foi instituída pela Lei Complementar nº. 70 de 30/12/1991. Atualmente é regida pela Lei nº. 9.718/1998 com as posteriores alterações possuem a finalidade de Financiamento da Seguridade Social, e como o PIS são seus contribuintes as pessoas jurídicas de direito privadas ou equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, exceto as

microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas até 06/2007 pela Lei nº. 9.317/96 e a partir de 01/07/2007 pela LC nº. 123/2007 (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2008).

A base de cálculo da COFINS cumulativa é a mesma do PIS, possuindo as mesmas exclusões da receita, para encontrar o valor da contribuição é aplicada a alíquota de 3% (três por cento) sobre a base de cálculo mensal (BRASIL, 2008, RFB, Regime de Incidência Cumulativa).

2.6 Simples Nacional

O Simples Nacional foi criado pela LC nº. 123 de 14/12/2006, publicado no Diário Oficial da União em 15/12/2006, sendo que esta institui o estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte, estabelecendo normas sobre o tratamento diferenciado e favorecido, e o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições a serem aplicados no domínio das legislações civil e tributária, no plano da administração pública municipal, estadual, do distrito federal e da União.

Segundo o SEBRAE-SC (2008, p. 01) o Simples Nacional:

O SIMPLES NACIONAL foi criado com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras, nos âmbitos dos governos federal, estaduais e municipais. O regime especial de arrecadação não é um tributo ou um sistema tributário, mas uma forma de arrecadação unificada dos seguintes tributos e contribuições:
[...]

Como se observa, a instituição do Simples Nacional é uma tentativa do governo em simplificar a apuração e recolhimento de tributos pelas empresas.

2.6.1 Micro e Pequenas Empresas

Para que as Micros e Pequenas empresas sejam beneficiadas com a LC nº. 123/2006, devem se enquadrar no art. 3º, auferindo no ano em curso uma receita bruta anual de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para ME, e de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) para EPP.

Os limites estabelecidos para empresas que iniciem suas atividades durante o ano calendário devem utilizar o limite proporcional ao anual, ou seja, para as ME o limite mensal

é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para EPP, desta forma a empresa permanecerá beneficiada com o estatuto, segundo § 10, art. 3º da LC nº.123 de 2006.

Os Estados e o Distrito Federal poderão adotar limites estaduais diferenciados nos seus respectivos territórios, conforme § 11, art. 3º da LC nº. 123 de 2006:

§ 11 - Na hipótese de o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios adotarem o disposto nos incisos I e II do caput do art. 19 e no art. 20 desta Lei Complementar, caso a receita bruta auferida durante o ano-calendário de início de atividade ultrapasse o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente, multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, estará excluída do regime tributário previsto nesta Lei Complementar em relação ao pagamento dos tributos estaduais e municipais, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

A receita bruta para enquadramento no regime em questão é a venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídos os descontos incondicionais concedidos e as vendas canceladas, segundo § 1º, art. 3º da LC nº. 123/2006.

A opção pelo Simples Nacional deve ser efetuada até o último dia útil do mês de janeiro, e tem efeito retroativo ao primeiro dia do ano, é efetuado pela internet no sítio da Receita Federal do Brasil, conforme § 1º, Art. 7º, Resolução CGSN nº. 04/2007.

As empresas que forem constituídas durante o ano, terão o prazo limite de 180 (cento e oitenta) dias início de atividade, e 30 (trinta) dias contados a partir do último deferimento da inscrição estadual ou municipal, segundo o § 6º e I, § 3º, Art. 7º, Resolução CGSN nº. 04/2007.

2.6.2 Empresas impedidas e permitidas

Não poderão aderir ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições ou nele permanecer, as empresas com atividades impedidas relacionadas na Resolução CGSN nº. 06 de 18 de junho de 2007 e nos casos listados no Art. 12 da Resolução CGSN nº. 04 de 30 de maio de 2007, Segundo o SEBRAE/SC (2008, P. 02) as situações que impede as empresas de participar do Simples são:

- 1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica
- 2 que sejam filial, sucursal, agência ou representação, no Brasil, de pessoa jurídica com sede no exterior

3 de cujo capital participe outro empresário ou empresa optante por esse regime quando a receita bruta global, encontrada pela soma das receitas dos sócios, ultrapassar R\$ 2,4 milhões

4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada pelo Simples Nacional quando a receita bruta global, encontrada pela soma das receitas das empresas, ultrapasse R\$ 2,4 milhões

5 cujo sócio ou titular seja administrador de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, quando a receita bruta global, encontrada pela soma das receitas das empresas, ultrapasse R\$ 2,4 milhões

[...]

15 que possuam débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou com as fazendas públicas federal, estadual ou municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa

16 que prestem serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros

[...]
21 que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como as que prestem serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios

22 que realizem cessão ou locação de mão-de-obra

23 que realizem atividade de consultoria

24 que se dediquem ao loteamento e à incorporação de imóveis.

Poderão optar pelo Simples Nacional as pessoas jurídicas que se dediquem unicamente às atividades relacionadas no § 3º do Art.12 da Resolução nº 04/2007 do Comitê Gestor do Simples Nacional, ou que exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido vedadas, segundo SEBRAE/SC (2008, p. 01):

Empresas que podem aderir ao Supersimples:

1 creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental

2 agência terceirizada de correios

3 agência de viagem e turismo

4 centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga

5 agência lotérica

6 serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas

7 serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores

8 serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas

9 serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática

10 serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos

11 serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados

12 veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa

13 que se dedique à construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de sub-empregada

14 operadores autônomos de transporte de passageiros

15 empresas montadoras de stands para feiras

16 escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais

17 produção cultural e artística

- 18 produção cinematográfica e de artes cênicas
- 19 administração e locação de imóveis de terceiros, cumulativamente
- 20 academias de dança, de capoeira, de ioga, e de artes marciais
- 21 academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes
- 22 elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante
- 23 licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação
- 24 planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante
- 25 escritórios de serviços contábeis
- 26 serviço de vigilância, limpeza ou conservação

Antes de efetuar a opção pelo Simples Nacional deve-se verificar todas as normas de impedimento e permissão, pois o enquadramento incorreto pode acarretar notificações e outras sanções do fisco.

2.6.3 Recolhimento e abrangência

O Simples Nacional possui apuração mensal com recolhimento através de um único documento de arrecadação chamado de Documento de Arrecadação do Simples (DAS), o pagamento deve ser efetuado nas agências autorizadas e os tributos abrangidos segundo o Art. 5º da Resolução CGSN nº. 04/2007 são:

- I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- II - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), observado o disposto no inciso XII do §1º deste artigo;
- III – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), observado o disposto no inciso XII do §1º deste artigo;
- V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- VI - Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVI do § 3º do art. 12 desta Resolução;
- VII – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS);
- VIII – Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

O Simples Nacional não inclui alguns impostos e contribuições que serão devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas, conforme o § 1º do Art. 5º da Resolução nº. 04/2007 CGSN são os seguintes:

- I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);

- II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II);
- III - Imposto sobre Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE);
- IV – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
- V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;
- VI – Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;
- VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF);
- VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;
- X – Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;
- XI – Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;
- XII - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;
- [...]

Os tributos relacionados § 1º do Art. 5º da Resolução nº. 04/2007 CGSN serão recolhidos pelas empresas optantes pelo Simples Nacional normalmente, igual aos demais contribuintes.

As empresas optantes devem declarar anualmente a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), sendo que a primeira declaração referente ao 2º semestre de 2007 encerrou em 20 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008, MANUAL DASN, p. 10).

2.6.4 Cálculo do Simples Nacional

Para definir o valor devido pela empresa optante pelo Simples Nacional, será considerado a receita bruta total acumulada nos últimos doze meses anteriores ao período de apuração, enquadrando desta forma nas alíquotas relacionadas nas tabelas dos anexos I a V da Resolução CGSN nº. 05/2007.

A receita bruta para cálculo do Simples Nacional segundo o Art. 4º Resolução CGSN nº. 04/2007 é

Art. 4º Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Empresas fundadas no ano em curso devem encontrar a média aritmética dos meses desde seu início de atividades, e multiplicar por doze, encontrando assim a receita bruta anual

valor a ser aplicado nas tabelas dos anexos I a V da Resolução CGSN nº. 05/2007, conforme a sua atividade.

As empresas constituídas anteriormente quando ultrapassarem no ano em curso o limite das EPP de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) de receita bruta anual, devem permanecer no simples até o final do ano, e a partir do ano seguinte iniciar com a tributação pelo Lucro Presumido ou real. Porém no mês que ultrapassar o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois mil milhões e quatrocentos mil reais) de receita bruta acumulada no ano civil, deverá incluir na alíquota máxima um acréscimo de 20% (vinte por cento) segundo o Art. 9º Resolução CGSN nº. 05/2007.

Caso uma empresa optante pelo regime simplificado ultrapasse o limite proporcional das EPP's de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por mês, estará excluído do Simples Nacional, contudo sua exclusão terá efeitos retroativos a abertura da empresa caso ultrapasse 20% (vinte por cento) do limite das EPP's, podendo compensar o SIMPLES pago nos impostos e contribuições apuradas na forma de empresa normal. Permanecendo dentro do excesso permitido de 20% (vinte por cento), poderá continuar no regime simplificado até o final do ano em curso, mas no ano seguinte iniciará com apuração normal, conforme o Art. 3º Resolução CGSN nº. 04/2007.

Não é permitida a transferência de créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidas pelo Simples Nacional, assim como a utilização de qualquer valor a título de incentivo, Art. 11 da Resolução CGSN nº. 04/2007.

Para cálculo do Simples Nacional devem ser aplicados os quadros constantes na Resolução CGSN nº. 05/2007, incluídas nos Anexos, onde as empresas comerciais enquadram-se no Anexo I, as industriais o Anexo II, as prestadoras de serviços estão distribuídas do Anexo III ao V, todas as tabelas estão identificadas por faixas de faturamento, alíquotas e descrição de impostos e contribuições incidentes.

As empresas optantes pelo Simples Nacional enquadradas nas atividades relacionadas nos Anexos I ao III da Resolução CGSN nº. 05/2007 contribuem para Previdência Social através do Documento de Arrecadação do Simples (DAS), tendo como base o faturamento, e as empresas relacionadas nos Anexos IV e V da Resolução CGSN nº. 05/2007 contribuem com o INSS patronal e RAT igual às demais empresas, porém não possuem a contribuição para terceiros, segundo inciso VI do Art. 5º da Resolução CGSN nº. 04 /2007.

No Anexo V da Resolução CGSN nº.05 o ISS não está incluído no Simples Nacional, para empresas de contabilidade devem recolher separadamente na forma da legislação municipal.

Para as operações classificadas no Anexo V, ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2008, deverá ser apurada a relação entre a soma da folha de salários, incluídos encargos, nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração e a soma da receita bruta total acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração, e sendo efetuado a divisão do total da folha de salários, pelo total da receita bruta para conseguir o resultado que será o fator “r”, conforme Art. 7º da Resolução nº. 05 CGSN/2007.

Possuindo as tabelas para o fator “r” for igual ou maior que 0,40 (zero vírgula quarenta), 0,35 (zero vírgula trinta e cinco) e menor que 0,40 (zero vírgula quarenta), se maior ou igual a 0,30 (zero vírgula trinta) e menor que 0,35 (zero vírgula trinta e cinco) e por fim menor que 0,30 (zero vírgula trinta).

2.7 ICMS

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), segundo o Portal Tributário (2008) “Sua regulamentação constitucional está prevista na Lei Complementar 87/1996 (a chamada “Lei Kandir”), alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/1997, 99/1999 e 102/2000”

Em Santa Catarina é regulamentado atualmente pelo Decreto nº. 2.870 de 2001, com vigência a partir de 01/09/2001, que apresenta atualmente duas formas de apuração de imposto, a apuração normal do ICMS e a apuração pelo Simples Nacional, sendo que a primeira forma geralmente é utilizada por grandes empresas ou empresas impedidas a optar pelo regime simplificado, e a segunda é utilizada por micros e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional.

Segundo o Art. 7º do Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias o conceito de contribuinte é:

Art. 7º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial (Lei nº 12.498/02):

[...]

A base de cálculo do ICMS/SC é composta pelo valor das mercadorias e serviços comercializados, sendo que também integrada no cálculo do ICMS, segundo o Art. 22 do RICMS/SC:

Art. 22. Integra a base de cálculo do imposto:

I - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II - o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado.

Segundo o Art. 23 do RICMS/SC, não integram na base de cálculo do imposto o montante do IPI, quando a operação for entre dois contribuintes que configurarem o fato gerador do ICMS e IPI.

Para empresas enquadradas no regime de apuração normal do ICMS, possuem a apuração não-cumulativa, ou seja, nas aquisições de mercadorias haverá o aproveitamento de crédito de ICMS destacado nas notas fiscais, respeitando as normas legais, e nas saídas de mercadorias haverá o destaque de ICMS, conforme a alíquota do produto comercializado e o destino da mercadoria.

Conforme o Art. 26 do RICMS/SC 2001 as Alíquotas do ICMS são as seguintes:

Art. 26. As alíquotas do imposto, nas operações e prestações internas e interestaduais, inclusive na entrada de mercadoria importada e nos casos de serviços iniciados ou prestados no exterior, são:

I - 17% (dezesete por cento), salvo quanto às mercadorias e serviços relacionados nos incisos II e III;

[...]

Além da apuração normal do ICMS existe a apuração pelo Simples Nacional, onde as empresas optantes recolhem os tributos através do sistema unificado, entre eles o ICMS está incluso, porém as empresas tributadas pelo sistema unificado estão proibidas pelo LC 123/2006 de destacar nas notas fiscais impostos ICMS, IPI, e ISS, desta forma não podem transferir créditos.

2.8 IPI

O Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) é um imposto sobre a produção e circulação de mercadorias, é regulamentado pelo Decreto nº. 4.544, de 26 de dezembro de 2002, e segundo o Art. 46 do Código Tributário Nacional (CTN) é de competência da União.

Os fatos geradores do IPI são a entrada de mercadorias de origem estrangeira no momento do seu desembaraço na aduana, a arrematação quando apreendido ou abandonado e levado a leilão, e a saída do estabelecimento contribuinte do imposto (BRASIL, 1966, Art. 46 da Lei nº. 5.172).

Os contribuinte do IPI segundo o Art. 51 do CTN são:

[...]

I – O importador ou quem a lei a ele equiparar;

II – O industrial ou quem a lei a ele equiparar;

III – O comerciante de produtos sujeitos ao imposto, que os forneça aos contribuintes definidos no inciso anterior;

IV – O arrematante de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.

[...]

Segundo Borges (2008, p. 43) as hipóteses normativas de incidência do IPI são:

a) industrializar um produto – primeiro *ângulo do critério material* – e com ele realizar um ato ou negócio jurídico concernente à mutação de sua posse ou propriedade – segundo *ângulo do critério material* – em qualquer lugar do território nacional, ressalvadas as regiões privilegiadas por lei (v.g. Zona Franca de Manaus) – *critério especial*; exteriorizado (o negócio jurídico) no instante da saída daquele (produto industrializado) – *critério temporal*.

b) promover a importação de produto industrializado do exterior em consonância com os requisitos estabelecidos na lei – *critério material*, introduzindo-o em território nacional através das repartições alfandegárias – *critério espacial*, consolidada (a importação) no momento do desembaraço aduaneiro – *critério temporal*.

Nas operações nacionais a base de cálculo do imposto é o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado. Nas operações de importação é o montante dos tributos e os encargos cambiais pagos pelo importador. As alíquotas do imposto estão relacionadas na tabela de incidência de produtos industrializados TIPI (BRASIL, 2008, RFB, Imposto sobre Produtos Industrializados).

A partir do mês de outubro de 2004 passou a ser mensal o período de apuração do IPI, excluindo os produtos classificados no capítulo 22 e no código 2402.20.00, da TIPI, que são decendiais, e os produtos de origem estrangeira ocorre na importação (BRASIL, 2008, RFB, Imposto sobre Produtos Industrializados).

A apuração do IPI é semelhante ao do ICMS possuindo a confrontação de débito crédito.

As empresas industriais optantes pelo Simples Nacional, recolhem o IPI incluso na Guia do Simples com o percentual sobre a receita tributável de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

2.9 ISS

O Imposto Sobre Serviços (ISS) é um imposto de natureza municipal, consta na Constituição Federal de 1988 no Art. 156, sendo que cabe a Lei Complementar sancionada pelo Congresso Nacional fixar as alíquotas mínimas e máximas, segundo a Constituição Federal de 1988, art. 156 § 4º, I.

Em 31 de julho de 2003 foi instituída a LC nº. 116/2003, que legisla sobre a competência dos municípios, lista de serviços, fato gerador e outras providências.

Para o estudo realizado, foi utilizado o Código Tributário Municipal de São José/SC (2006), instituído pela LC Municipal nº. 21 de 20 de dezembro de 2005, já atualizado com as disposições da LC nº. 116/2003.

No Art. 249 da LC nº. 021/2005 de São José/SC, determina que o fato gerador do ISS é a prestação de serviços relacionadas na lista do parágrafo 5º deste artigo.

A incidência depende da denominação dada ao serviço prestado, à existência de estabelecimento fixo, do cumprimento das exigências a administrativa, legais e do resultado econômico (SÃO JOSÉ/SC, 2005, Art. 249, LC nº. 21).

O Imposto Sobre Serviço não incide sobre exportações de serviços, prestação de serviços em relação ao emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros do conselho consultivo e fiscal de sociedades e fundações, sócios gerentes e gerentes delegados, sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores imobiliários, sobre o valor dos depósitos bancários, e operações de créditos realizados por instituições financeiras (SÃO JOSÉ/SC, 2005, Art. 250, LC nº. 21).

Segundo Lunkes (2004, p. 139) “A base de cálculo do imposto é o valor dos serviços prestados e as alíquotas são fixadas por lei municipal.”

A base de cálculo do imposto é o valor do preço do serviço enquadrado na lista de serviços do §5º Art. 249, será aplicada a alíquota constante na tabela do Art. 269 do Código Tributário Municipal (SÃO JOSÉ/SC, 2005, Art. 269, LC nº. 21).

Abaixo está relacionado as atividades das empresas constante no estudo que conforme o § 5º Art. 249 CTM (SÃO JOSÉ/SC, 2005, LC nº. 21) são:

[...]

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

[...]

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

[...]

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

[...]

Para conhecimento, informo que Lista de Serviços §5º Art. 249 CTM de São José, é a transcrição exata da Lista de Serviços da LC nº. 116/2003.

O Imposto será calculado com a aplicação das alíquotas vinculadas a descrição do serviço prestado conforme o Art. 269 do CTM, em anexo ao estudo.

Para prestadores de serviços autônomos que realizam trabalhos pessoais, o imposto será fixo e anual, dependendo da formação escolar ou profissional exigida para exercício da atividade, de acordo com as seguintes categorias (SÃO JOSÉ/SC, 2005, Art. 267, LC nº. 21):

Quadro 03: Base de cálculo do ISS – Trabalho Pessoal - São José/SC

Categoria Profissional	Valor Anual Em URM
I – Profissionais de nível superior	5,00 URM
II – Profissionais de nível médio	2,50 URM
III – Demais profissionais	1,00 URM

Fonte: Art. 267 da LC da Prefeitura de São José/SC nº. 021 de 20 de dezembro de 2005.

Os serviços prestados por sociedades simples, são sujeitas ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado que preste serviço na empresa, seja empregado ou sócio (SÃO JOSÉ/SC, 2005, Art. 268, LC nº. 21).

2.10 INSS

A contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) é calculada sobre os valores tributáveis relacionados na legislação previdenciária. É contribuinte da Previdência Social o empregado urbano, empregado rural, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial, a empresa, o empregador doméstico, a União, e possui a finalidade principal do financiamento da Seguridade Social (ABREU FILHO, 2004, p.582-584).

Seguridade Social definida pelo Art. 1º da lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991 é:

Art. 1º A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

[...]

(ABREU FILHO, 2004, p. 581)

As contribuições à Previdência Social dos segurados empregados, inclusive os avulsos, os domésticos e os aposentados, são efetuadas conforme enquadramento do salário de contribuição na tabela da Previdência Social.

Segundo Oliveira (2002, p. 71):

O INSS incide sobre o salário mais horas extras, adicional de insalubridade, periculosidade, adicional noturno, diárias para viagem acima de 50% do salário percebido, 13º salário e outros valores admitidos em lei pela Previdência Social. Esse valor é descontado na folha de pagamentos.

Quadro 04: Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de março de 2008.

Salário de contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
Até R\$ 911,70	8,00
de R\$ 911,71 a R\$ 1.519,50	9,00
de R\$ 1.519,51 até R\$ 3.038,99	11,00

Fonte: Ministério da Previdência Social (2008).

A contribuição por parte dos empregados à Previdência Social não será considerado nesse estudo, pois o valor é descontado do empregado ou contribuinte individual pelo empregador e repassado a Previdência Social através de guia de Previdência Social (GPS).

O conceito de empregador para Carvalho e Barato (2008, p.2):

Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

Equipara-se a empregadora para os efeitos exclusivos da relação de emprego:

- a) os profissionais liberais;
- b) as instituições beneficentes;
- c) as associações recreativas;
- d) outras instituições sem fins lucrativos.

Os empregadores enquadrados no Lucro Presumido devem recolher obrigatoriamente a contribuição patronal ao INSS, a contribuição sobre o risco acidente de trabalho (RAT) e a contribuição a terceiros (OLIVEIRA, 2002, p. 583).

A Contribuição Patronal ao INSS é calculada com a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre as remunerações pagas aos segurados empregados, contribuintes individuais e

trabalhadores avulsos, e 15% (quinze por cento) sobre as notas fiscais de cooperativas de trabalho (OLIVEIRA, 2002, p. 599).

A contribuição para o risco acidente de trabalho (RAT) incide sobre o total das remunerações pagas aos empregados e trabalhadores avulsos. O grau de risco possui a relação a atividade da empresa e pode ser de leve 1% (um por cento), médio 2% (dois por cento) e grave 3% (três por cento), sendo de responsabilidade da empresa o enquadramento mensal, levando em consideração a atividade preponderante, enquadrada no Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) (OLIVEIRA, 2002, p. 599).

Assim como o RAT, a contribuição para terceiros leva em consideração a atividade da empresa seguindo o código FPAS.

Para a Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2008, RFB, Formas de Contribuição):

A empresa ou equiparado sujeita-se também ao recolhimento de contribuições a terceiros (entidades e fundos), incidentes sobre o total de remuneração de empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, de acordo com o enquadramento de sua atividade no FPAS e as alíquotas constantes do Anexo III da Instrução Normativa MPS/SRP n. 03, de 2005.

As empresas optantes pelo Simples Nacional enquadradas nas atividades relacionadas nos Anexos I ao III da Resolução CGSN nº. 05/2007, contribuem para Previdência Social através do DAS, tendo como base o faturamento, e as empresas relacionadas nos Anexos IV e V da Resolução CGSN nº. 05/2007 contribuem com o INSS patronal e RAT na forma das demais empresas, porém estão dispensadas da contribuição para terceiros (SESC, SESI, SENAI entre outros).

Segue os quadros organizados por atividade para identificação dos percentuais da contribuição previdenciária:

Quadro 05: Alíquota RAT e CÓDIGOS CNAE e FPAS por atividade

CNAE	RAT	FPAS	Descrição da atividade
4781-4/00	1,00%	515	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
2512-8/00	2,00%	507	Fabricação de esquadrias de metal
4520-0/01	2,00%	507	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
4120-4/00	3,00%	507	Construção de edifícios
6920-6/01	1,00%	515	Atividades de contabilidade - Pessoa Jurídica

Fonte: INFORMARE (2008, AGENDA TRIBUTÁRIA), adaptada pelo autor.

Quadro 06: Percentuais de contribuições previdenciárias e de terceiros de acordo com os códigos FPAS discriminados.

Cód. do FPAS	ALÍQUOTAS (%)									
	Prev. Social	GIILRAT	Salário Educação	INCRA	SENAI	SESI	SENAC	SESC	SEBRA E	Total Outras Ent. Ou Fundos
	---	---	0001	0002	0004	0008	0016	0032	0064	
507	20%	Variável	2,50%	0,20%	1,00%	1,50%	---	---	0,60%	5,80%
515	20%	Variável	2,50%	0,20%	---	---	1,00%	1,50%	0,60%	5,80%

Fonte: INFORMARE (2008, AGENDA TRIBUTÁRIA), adaptada pelo autor.

2.11 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Em 1967, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço pelo Governo Federal, para auxiliar os trabalhadores que fossem demitidos sem justa causa. Tendo como início a admissão e o pagamento da primeira parcela de FGTS, onde ocorre a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho e depósitos de 8% (oito por cento) sobre os salários mensais que a empresa contribui (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2008).

Segundo a Caixa Econômica Federal (2008) “O FGTS é constituído pelo total desses depósitos mensais. Os valores do Fundo pertencem exclusivamente aos empregados que em situações específicas, podem dispor do total depositado em seus nomes”.

As Empresas optantes pelo Lucro Presumido ou pelo Simples Nacional, atualmente recolhem a mesma alíquota do FGTS, desta forma, não existe a necessidade de comparação tributária para as duas formas de tributação.

Com o encerramento da exposição da fundamentação teórica relacionada com o tema do estudo, inicia-se o próximo capítulo, que apresentará a descrição, análise dos dados com a verificação da modalidade de tributação mais vantajosa às empresas relacionadas do trabalho.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, realiza-se o estudo proposto para a monografia. Inicialmente, busca-se abordar a origem dos dados, posteriormente à descrição do faturamento e averiguação de qual modalidade de tributação pode ser economicamente viável para cada exemplo proposto.

Devido aos dados serem projetados para o ano de 2009, buscou-se um embasamento na coleta de dados apurados pelo SEBRAE e DIEESE através do Anuário do trabalho na Micro e Pequena Empresa 2007, e índices inflacionários.

3.1 Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2007

O Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (MPE) - 2007, foi publicado em 2007, tendo como base os dados dos anos de 1997 a 2005, elaborado através de uma parceria entre o SEBRAE e o DIEESE, com o intuito de identificar e organizar os dados específicos desse segmento econômico, auxiliando os interessados com um conjunto de dados sobre o perfil das micros e pequenas empresas nos setores formais e informais.

Ele é formado por diferentes fontes de informação, envolvendo diversas etapas de trabalho que incluíram seleção, levantamento e análise e sistematização de dados.

Neste estudo, foram utilizadas informações referentes a estabelecimentos formais do Anuário, especificamente a quantidade de empresas, quantidade de trabalhadores e remuneração média dos empregados, todas por porte de empresa no Brasil, subdividido em Grandes Regiões e Unidades da Federação.

A base de dados do Anuário referente à quantidade e remunerações dos trabalhadores foi retirada da relação anual de informações sociais (RAIS). Desta forma, foi encontrada a remuneração média, estando incluso todos os recebimentos dos funcionários incluídos na RAIS, entre eles salários, horas extras, férias, abono de férias, 13º salário, entre outros (SEBRAE DIEESE 2007, p.17). Então, nos cálculos efetuados quanto ao valor das folhas de pagamentos é considerado somente a remuneração média mensal.

3.2 Levantamento de dados por simulação

As cinco empresas em estudo estão enquadradas nos seguintes ramos de atividades: uma no comércio varejista de confecções em geral (Anexo I), outra na indústria de produtos de serralheria (Anexo II), uma prestadora de serviços mecânicos em veículos automotores (Anexo III), uma prestadora de serviços de empreiteira de mão de obra na construção civil (Anexo IV) e por fim um escritório de contabilidade (Anexo V).

Os dados sobre a folha de pagamentos das empresas foram retirados na base de dados do Anuário 2007 relativos à EPP no Estado de Santa Catarina. Desta forma, o valor da remuneração média informada no ano de 2005 é de R\$ 727,00 (setecentos e vinte e sete reais) constante, porém, para atingir o objetivo proposto para o ano de 2009, é atualizado o valor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, sendo que para o ano de 2006 o índice é 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento), para 2007 o índice é 5,15% (cinco vírgula quinze por cento) e para o ano de 2008 foi aplicado o percentual existente até o mês de setembro de 2008 de 5,24% (cinco vírgula vinte e quatro por cento) (PORTAL BRASIL, 2008), resultando na remuneração média de R\$ 827,10 (oitocentos e vinte e sete reais e dez centavos).

Quanto ao número de funcionários, foi encontrado pela divisão da quantidade de empregados pelo número de empresas constante no Anuário-2007, ou seja, através da aplicação do número de empregados enquadrados nas empresas de pequeno porte em Santa Catarina na quantia de 361.597 (trezentos e sessenta e um mil e quinhentos e noventa e sete) funcionários, pela divisão da quantidade de estabelecimento de pequeno porte em Santa Catarina de 15.295 (quinze mil duzentos e noventa e cinco) empresas, resultando na média de 23 (vinte e três) funcionários por estabelecimento.

No cálculo quanto a retirada mensal a título de pró labore é calculado a existência de 02 (dois) sócios administradores, com a retirada na quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada um deles totalizando R\$ 1.000,00 (mil reais).

Com relação ao faturamento mensal, foi considerada uma empresa de pequeno porte com o faturamento de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por mês, totalizando R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) por ano, valor considerado como base de cálculo para tributos.

As empresas comercial e industrial necessitam respectivamente de aquisição de mercadorias para revenda e matéria prima para a industrialização. Os valores são encontrados através da aplicação dos índices constantes na Ordem Normativa de Serviço - SEF/SC nº.

01/71, onde informam os percentuais de lucro, utilizados como base pela fiscalização da Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de SC, identificando para o comércio 45% (quarenta e cinco por cento) e para a indústria 30% (trinta por cento) (PROCONTÁGIL, 2008).

Para cálculo do ICMS é estipulou-se que as empresas realizam 100% (cem por cento) de suas operações dentro do Estado e só possuem operações com a alíquota de 17% (dezessete por cento). Com a aplicação deste percentual sobre o valor mensal das vendas encontramos o valor do débito de ICMS, e o mesmo percentual sobre as compras encontramos valor do crédito, reduzindo um do outro resulta no valor do ICMS devido ou crédito para o período seguinte.

Para cálculo de IPI na empresa industrial, é enquadrado os produtos vendidos em outras construções e suas partes, classificação fiscal Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 7308.90.90 com alíquota de 5% (cinco por cento) e as principais matérias primas são tubos e perfis ocos de ferro ou aço não ligado, classificação fiscal NCM 7306.90.10 com a alíquota de 5% (cinco por cento) (PROCONTÁGIL, TIPI, 2008).

O Simples será calculado aplicando a tabela conforme seu enquadramento referente a atividade e seu faturamento.

As empresas para efeito do estudo são consideradas localizadas no município de São José/SC, desta forma, o ISS é calculado conforme a descrição do serviço prestado neste município.

Visando uma melhor compreensão e organização dos cálculos, identificam-se as empresas com os seguintes nomes: Comercial I LTDA, Industrial II LTDA, Oficina Mecânica III LTDA, Empreiteira IV LTDA e Contábil V LTDA.

3.3 Cálculo, Análise e Interpretação de dados

Nesta seção são calculados os tributos para todas as empresas, conforme a projeção proposta para o ano de 2009, seguindo as modalidades de tributação Lucro Presumido e Simples Nacional.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) possuem apuração trimestral, porém após o cálculo é encontrada a média para uma análise mensal.

A quantidade de funcionários considerada para todas as EPP's são de 23 (vinte e três) funcionários, com remuneração média mensal para cada um de R\$ 827,10 (oitocentos e vinte e sete reais e dez centavos), resultando no total mensal de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos).

3.3.1 Comercial I LTDA

Aqui se expõe os cálculos na forma de tributação pelo Lucro Presumido e Simples Nacional da Comercial I LTDA, com ramo de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios classificado no CNAE 4781-4/00, adquirindo e revendendo mercadorias somente dentro do estado de Santa Catarina.

3.3.1.1 Lucro Presumido

O cálculo pelo Lucro Presumido para a empresa no ramo de comércio, utilizando o quadro 2 do estudo, classifica o percentual direto para cálculo do IR em 1,20% (um vírgula vinte por cento), 1,08% (um vírgula zero oito por cento) para a CSLL, e as alíquotas cumulativas da COFINS em 3% (três por cento) e para o PIS em 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento), todos possuindo como base de cálculo faturamento mensal.

Quadro 07: Lucro Presumido Alíquota Direta – Comercial I LTDA

		IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	TOTAL
ANO 2009	VENDAS	1,20%	1,08%	3,00%	0,65%	MÊS
MENSAL	150.000,00	1.800,00	1.620,00	4.500,00	975,00	8.895,00
ANUAL	1.800.000,00	21.600,00	19.440,00	54.000,00	11.700,00	106.740,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme o quadro 07 utilizou-se os percentuais diretos do IR de 1,20% (um vírgula vinte por cento), ou seja, a base de cálculo de 8% (oito por cento) multiplicado pela a alíquota do IR de 15% (quinze por cento), resultando no percentual direto de 1,20% (um vírgula vinte por cento) e quanto a CSLL, a base de cálculo de 12% (doze por cento) multiplicado pela

alíquota de 9% (nove por cento) resultando na alíquota direta de 1,08% (um vírgula zero oito por cento).

A Comercial I LTDA não possui o adicional de IR, pois o faturamento trimestral é R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e aplicando o percentual de presunção de 8% (oito por cento) para o comércio, resulta na base de cálculo do IR de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), ficando assim inferior a base trimestral de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), desta forma não possui a tributação do adicional sobre o excesso pela alíquota de 10% (dez por cento) de IR.

Considerando as vendas mensais de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da qual resulta nos impostos e contribuições no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para o IRPJ, R\$ 1.620,00 (um mil seiscentos e vinte reais) para a CSLL, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o COFINS e R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais) para o PIS, totalizando a quantia de R\$ 8.895,00 (oito mil oitocentos e noventa e cinco reais) por mês e R\$ 106.740,00 (cento e seis mil setecentos e quarenta reais) por ano.

Para empresas do ramo de comércio optantes pelo Lucro Presumido possuem também a contribuição para a Previdência Social e a apuração do ICMS, conforme cálculos do quadro 08 e quadro 09.

Quadro 08: Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Comercial I LTDA

ANO	PRÓ	FOLHA	INSS Sócios	INSS Empregados	FPAS	RAT	TOTAL	TOTAL
2009	LABORE	Pagamentos	20,00%	20,00%	5,80%	1,00%	Empregados	GERAL
MENSAL	1.000,00	19.023,30	200,00	3.804,66	1.103,35	190,23	5.098,24	5.298,24
ANUAL	12.000,00	228.279,60	2.400,00	45.655,92	13.240,20	2.282,76	61.178,88	63.578,88

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme o quadro 08 foi efetuado o cálculo da contribuição patronal para a Previdência Social considerando somente as remunerações médias dos funcionários segundo o anuário 2007 atualizado pelo INPC estando inclusos o 13º (décimo terceiro) salário e 1/3 (um terço) de férias, e o pró-labore de dois sócios.

A base mensal da contribuição patronal a Previdência Social sobre os pró-labores dos sócios é no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) de contribuição, resulta no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), projetando este valor para o

ano de 2009 temos a base de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com contribuição previdenciária no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Para o cálculo sobre a remuneração dos empregados a base mensal é de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos), com aplicação da somatória dos percentuais identificados no quadro 08 de 26,80% (vinte e seis vírgula oitenta por cento) resulta no INSS mensal de R\$ 5.098,24 (cinco mil e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), para uma análise anual os salários totalizam R\$ 228.279,60 (duzentos e vinte e oito mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e INSS anual de R\$ 61.178,88 (sessenta e um mil cento e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Totalizando o valor da contribuição previdenciária de R\$ 5.298,24 (cinco mil duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) no mês e por ano a quantia de R\$ 63.578,88 (sessenta e três mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Segue abaixo a apuração do ICMS:

Quadro 09: Apuração do ICMS/SC – Comercial I LTDA

ANO 2009	RECEITAS	Percentual	AQUISIÇÕES	Alíquota	Apuração	do ICMS	ICMS a
	VENDAS	OS 01/71	COMPRAS	ICMS	Débito	Crédito	recolher
MENSAL	150.000,00	45,00%	103.448,28	17,00%	25.500,00	17.586,21	7.913,79
ANUAL	1.800.000,00		1.241.379,36		306.000,00	211.034,52	94.965,48

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 09, efetua-se o cálculo do ICMS/SC, considerando as vendas projetadas no valor mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), as compras no valor de R\$ 103.448,28 (cento e três mil e quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos), valor resultante da retirada da margem de lucro sobre as vendas de 45% (quarenta e cinco por cento), com a aplicação da alíquota de ICMS de 17% (dezessete por cento) sobre ambos os valores, considerando que não há crédito anterior aos meses em estudo, resulta no ICMS a recolher no valor de R\$ 7.913,79 (sete mil novecentos e treze reais e setenta e nove centavos), e totalizando no ano R\$ 94.965,48 (noventa e quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

3.3.1.2 Simples Nacional

Para atender os objetivos de estudo a receita considerada no ano de 2008 é de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), permanecendo acima do limite da ME, que é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), enquadrando-se como EPP.

Por se tratar de comércio enquadra-se no Anexo I da Resolução CGSN nº. 05/2007, e com o faturamento acumulado dos últimos doze meses de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), com percentual total de 10,32% (dez vírgula trinta e dois por cento).

Segue o quadro 10 com a projeção para o ano de 2009 com o faturamento mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Quadro 10: Cálculo Simples Nacional Anexo I – Comercial I LTDA

Período	RECEITAS	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS	ICMS
2009	VENDAS	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
Mensal	150.000,00	15.480,00	720,00	720,00	2.145,00	510,00	6.120,00	5.265,00
Anual	1.800.000,00	185.760,00	8.640,00	8.640,00	25.740,00	6.120,00	73.440,00	63.180,00

Fonte: elaborado pelo autor.

O cálculo do Simples Nacional no quadro 10 possui o faturamento projetado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por mês, desta forma a alíquota do simples permaneceu constante em 10,32% (dez vírgula trinta e dois por cento) na quantia de R\$ 15.480,00 (quinze mil quatrocentos e oitenta reais) por mês, que deverá ser recolhido aos cofres públicos.

O valor do DAS é distribuído em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) para o IRPJ, R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) para o CSLL, R\$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais) para a COFINS, R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) para o PIS, R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais) para o INSS e, por fim, R\$ 5.265,00 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais) para o ICMS, totalizando no ano o recolhimento de R\$ 185.760,00 (cento e oitenta e cinco mil setecentos e sessenta reais) para o Simples Nacional.

No exemplo proposto para o ramo de comércio, ocorre o recolhimento aos cofres públicos dos tributos pelo Lucro Presumido na quantia de R\$ 265.284,36 (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos) e pelo Simples Nacional a quantia de R\$ 185.760,00 (cento e oitenta e cinco mil setecentos e sessenta reais),

resultando em uma diferença de R\$ 79.524,36 (setenta e nove mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos).

3.3.2 Industrial II LTDA

Neste item, expõem-se os cálculos na forma de Lucro Presumido e Simples Nacional da Industrial II LTDA, com ramo de fabricação de esquadrias de metal classificada no CNAE 2512-8/00, com a aquisição de insumos e venda de produtos de metal dentro do Estado de Santa Catarina.

3.3.2.1 Lucro Presumido

O cálculo pelo Lucro Presumido para a empresa no ramo de indústria, utilizando os quadros 01 e 02 deste estudo, classifica o percentual direto para cálculo do IR em de 1,20% (um vírgula vinte por cento), 1,08% (um vírgula zero oito por cento) para a CSLL, e as alíquotas cumulativas da COFINS em 3% (três por cento) e para o PIS em 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento), todos possuindo como base de cálculo faturamento mensal.

A indústria é passível de apuração e pagamento de IPI, dependendo da classificação do produto na tabela TIPI, porém este imposto não é incluído na base de cálculo do IR, CSLL, COFINS e PIS.

Tabela 11: Lucro Presumido Alíquota Direta – Industrial II LTDA

		IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	TOTAL
ANO 2009	VENDAS	1,20%	1,08%	3,00%	0,65%	M ÊS
MENSAL	150.000,00	1.800,00	1.620,00	4.500,00	975,00	8.895,00
ANUAL	1.800.000,00	21.600,00	19.440,00	54.000,00	11.700,00	106.740,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme o quadro 11, utilizou-se os percentuais iguais aos da empresa no ramo de comércio, pois são os mesmos para as indústrias.

A empresa Industrial II LTDA, assim como a empresa anterior não possui o adicional de IR, pois o faturamento trimestral é R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e aplicando o percentual de presunção de 8% (oito por cento) para a indústria, resulta na base de cálculo do IR de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), ficando assim inferior a base trimestral de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), desta forma está dispensada do recolhimento do adicional de 10% (dez por cento) de IR sobre o excesso.

Considerando as vendas mensais de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da qual resulta nos impostos e contribuições no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para o IRPJ, R\$ 1.620,00 (um mil seiscentos e vinte reais) para a CSLL, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o COFINS e R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais) para o PIS, totalizando a quantia de R\$ 8.895,00 (oito mil oitocentos e noventa e cinco reais) por mês, e R\$ 106.740,00 (cento e seis mil setecentos e quarenta reais) por ano.

O valor de IPI não é considerado para cálculo dos impostos e contribuições pelo Lucro Presumido.

A seguir é demonstrada a apuração do IPI, contribuição para a Previdência Social e apuração do ICMS.

Quadro 12: Apuração do IPI – Industrial II LTDA

ANO 2009	RECEITAS	Percentual	AQUISIÇÕES	Alíquota	Apuração	do IPI	IPI a
	VENDAS	OS 01/71	COMPRAS	IPI	Débito	Crédito	recolher
MENSAL	150.000,00	30,00%	115.384,62	5,00%	7.500,00	5.769,23	1.730,77
ANUAL	1.800.000,00		1.384.615,44				20.769,24

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 12, efetua-se o cálculo do IPI, considerando as vendas projetadas no valor mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), as compras no valor de R\$ 115.384,62 (cento e quinze mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), valor resultante da retirado da margem de lucro sobre as vendas de 30% (trinta por cento), com a aplicação da alíquota de IPI de 5% (cinco por cento) sobre ambos os valores, considerando que não existe crédito anterior aos meses em estudo, resulta no IPI a recolher o valor de R\$ 1.730,77 (um mil setecentos e trinta reais e setenta e sete centavos), totalizando no ano R\$ 20.769,24 (vinte mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Segue o estudo com o calculo previdenciário demonstrado no quadro 13.

Quadro 13: Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Industrial II LTDA

ANO	PRÓ	FOLHA	INSS Sócios	INSS Empregados	FPAS	RAT	TOTAL	TOTAL
2009	LABORE	Pagamentos	20,00%	20,00%	5,80%	2,00%	Empregados	GERAL
MENSAL	1.000,00	19.023,30	200,00	3.804,66	1.103,35	380,47	5.288,48	5.488,48
ANUAL	12.000,00	228.279,60	2.400,00	45.655,92	13.240,20	4.565,64	63.461,76	65.861,76

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 13 calcula a contribuição patronal para a Previdência Social considerando a remuneração dos sócios e as remunerações médias dos funcionários segundo o anuário 2007 atualizado pelo INPC, estando inclusos o 13º (décimo terceiro) salário e 1/3 (um terço) de férias, considerando o enquadramento da empresa pelo código FPAS 507 e a atividade principal CNAE 2512-8/00.

A base mensal da contribuição patronal a Previdência Social sobre os pró-labores dos sócios é no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) de contribuição, resulta no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), projetando para o ano de 2009, a base é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com contribuição no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O cálculo teve como base mensal a quantia de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos), com aplicação do total dos percentuais identificados no quadro 29 de 27,80% (vinte e sete vírgula oitenta por cento), resultando no INSS mensal de R\$ 5.288,48 (cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos). Para uma análise anual os salários totalizam R\$ 228.279,60 (duzentos e vinte e oito mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e INSS anual de R\$ 63.461,76 (sessenta e três mil quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos).

Totalizando o valor da contribuição previdenciária de R\$ 5.488,48 (cinco mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos) por mês e a quantia de R\$ 65.861,76 (sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos) por ano.

A seguir o quadro com a apuração do ICMS.

Quadro 14: Apuração do ICMS/SC – Industrial II LTDA

ANO 2009	VENDAS	AQUISIÇÕES	Alíquota	Apuração	do ICMS	ICMS a
	COM O IPI	COMPRAS	ICMS	Débito	Crédito	recolher
MENSAL	157.500,00	115.384,62	17,00%	26.775,00	19.615,38	7.159,61
ANUAL	1.890.000,00	1.384.615,44				85.915,32

Fonte: elaborado pelo autor.

O produto vendido pela indústria é destinado ao consumidor final pessoa física, ou seja, a não contribuinte do imposto e para cálculo do ICMS é acrescido na base de cálculo o valor do IPI destacado notas de saídas, segundo o Art. 27 do RICMS/SC.

Nas entradas não é acrescido o valor no IPI, pois esta operação é realizada entre dois contribuintes do ICMS e IPI, segundo Art. 23. do RICMS/SC.

No quadro 14, efetua-se o cálculo do ICMS/SC, considerando as vendas projetadas no valor mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) mais o IPI destacado nas notas fiscais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) totalizando R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), as compras no valor de R\$ 115.384,62 (cento e quinze mil e trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), valor resultante da retirado da margem de lucro sobre as vendas de 30% (trinta por cento), as aquisições sem o IPI, com a aplicação da alíquota de ICMS de 17% (dezessete por cento) sobre ambos os valores, considerando que não existe crédito anterior aos meses em estudo, resulta no ICMS a recolher o valor de R\$ 7.159,61 (sete mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavo), e totalizando no ano R\$ 85.915,32 (oitenta e cinco mil e novecentos e quinze reais e trinta e dois centavos).

3.3.2.2 Simples Nacional

Para atender os objetivos de estudo, a receita acumulada no ano de 2008 é de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), permanecendo acima do limite da ME, que é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), enquadrando-se como EPP para o ano de 2009.

Por se tratar de indústria, enquadra-se no Anexo II da Resolução CGSN nº. 05/2007, e com o faturamento acumulado dos últimos doze meses de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), com percentual total de 10,82% (dez vírgula oitenta e dois por cento),

conforme quadro abaixo com o faturamento mensal projetado para o ano de 2009 de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Quadro 15 – Cálculo Simples Nacional Anexo II - Industrial II LTDA

Período	RECEITAS	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS	ICMS	IPI
2009	VENDAS	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
Mensal	150.000,00	16.230,00	720,00	720,00	2.145,00	510,00	6.120,00	5.265,00	750,00
Anual	1.800.000,00	194.760,00	8.640,00	8.640,00	25.740,00	6.120,00	73.440,00	63.180,00	9.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

O cálculo do Simples Nacional com o faturamento projetado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por mês, a alíquota permanece constante em 10,82% (dez vírgula oitenta e dois por cento) resultando na quantia de R\$ 16.230,00 (dezesseis mil duzentos e trinta reais) por mês, e R\$ 194.760,00 (cento e noventa e quatro mil e setecentos e sessenta reais) por ano que deve ser recolhido aos cofres públicos.

O valor mensal do Simples Nacional é distribuído em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) para o IRPJ, R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) para o CSLL, R\$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais) para a COFINS, R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) para o PIS, R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais) para o INSS, R\$ 5.265,00 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais) para o ICMS e, por fim, R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para o IPI.

Pela apuração do Simples Nacional ser unificada, não existe outros cálculos para os tributos inclusos neste sistema.

No exemplo proposto para o ramo de indústria, ocorre o recolhimento aos cofres públicos dos impostos e contribuições pelo Lucro Presumido na quantia de R\$ 279.286,32 (duzentos e setenta e nove mil e duzentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos) e pelo Simples Nacional a quantia de R\$ 194.760,00 (cento e noventa e quatro mil e setecentos e sessenta reais), resultando em uma diferença de R\$ 85.526,32 (oitenta e cinco mil quinhentos e vinte e seis reais trinta e dois centavos).

3.3.3 Mecânica III LTDA

Expõem-se os cálculos na forma de Lucro Presumido e Simples Nacional da Mecânica III LTDA, com ramo de Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos

automotores, classificada no CNAE 4520-0/01, com serviço prestado no município de São José/SC.

3.3.3.1 Lucro Presumido

O cálculo pelo Lucro Presumido para a empresa no ramo de prestação de serviços, enquadra-se no percentual direto para cálculo do IR em 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento), 2,88% (dois vírgula oitenta e oito por cento) para a CSLL, e as alíquotas cumulativas da COFINS em 3% (três por cento) e para o PIS em 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento), todos possuindo como base de cálculo faturamento mensal.

Quadro 16: Lucro Presumido Alíquota Direta – Mecânica III LTDA

	RECEITA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	TOTAL
ANO 2009	SERVIÇOS	4,80%	2,88%	3,00%	0,65%	MÊS
MENSAL	150.000,00	7.200,00	4.320,00	4.500,00	975,00	16.995,00
ANUAL	1.800.000,00	86.400,00	51.840,00	54.000,00	11.700,00	203.940,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 17: Lucro Presumido Adicional de IR – Mecânica III LTDA

ANO 2009	RECEITAS	Presunção	Limite	Excesso	Ad. IR
	SERVIÇOS	32,00%	Bas. cálculo	Bas. cálculo	10,00%
MENSAL	150.000,00	48.000,00	20.000,00	28.000,00	2.800,00
TRIMESTRAL	450.000,00	144.000,00	60.000,00	84.000,00	8.400,00
ANUAL	1.800.000,00				33.600,00

Fonte: elaborado pelo autor.

A Mecânica III LTDA possui o adicional de IR, pois o faturamento trimestral é R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e aplicando o percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) para os serviços prestados, resulta na base de cálculo do IR de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), ficando assim superior a base trimestral de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), desta forma há adicional de IR com alíquota de 10% (dez por cento) sobre o excesso a recolher no valor mensal de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) e trimestral no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Com o faturamento mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a título de serviços prestados, resulta após a apuração dos tributos no IRPJ no valor de R\$ 7.200,00 (sete

mil e duzentos reais), R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais) de CSLL, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o COFINS e R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais) de PIS, somando estes valores ao adicional de IR, totaliza a quantia mensal de R\$ 19.795,00 (dezenove mil setecentos e noventa e cinco reais) por mês, com a projeção para o ano de 2009 totaliza R\$ 237.540,00 (duzentos e trinta e sete mil e quinhentos e quarenta reais).

Segue cálculos da contribuição para a Previdência Social.

Quadro 18: Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Mecânica III LTDA

ANO	PRÓ	FOLHA	INSS Sócios	INSS Empregados	FPAS	RAT	TOTAL	TOTAL
2009	LABORE	Pagamentos	20,00%	20,00%	5,80%	2,00%	Empregados	GERAL
MENSAL	1.000,00	19.023,30	200,00	3.804,66	1.103,35	380,47	5.288,48	5.488,48
ANUAL	12.000,00	228.279,60	2.400,00	45.655,92	13.240,20	4.565,64	63.461,76	65.861,76

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 18 demonstra o cálculo a contribuição patronal à Previdência Social, considerando o pró-labore de dois sócios e as remunerações médias dos funcionários segundo o anuário 2007 atualizado pelo INPC, inclusos neste valor o salário, 13º (décimo terceiro) salário, 1/3 (um terço) de férias e demais verbas, com o enquadramento da empresa no código FPAS 507 e a atividade principal CNAE 4520-0/01.

A contribuição patronal a Previdência Social sobre os pró-labores dos sócios no valor base de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) de contribuição previdenciária resulta na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais) mês, multiplicando por doze para o ano de 2009, a base é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com contribuição no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

A base de cálculo mensal dos funcionários é de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos), com aplicação do total dos percentuais identificados no quadro 18 de 27,80% (vinte e sete vírgula oitenta por cento), resultando no INSS mensal de R\$ 5.288,48 (cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), para uma análise anual os salários totalizam R\$ 228.279,60 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e INSS anual de R\$ 63.461,76 (sessenta e três mil quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos).

Totalizando o valor da contribuição previdenciária de R\$ 5.488,48 (cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos) por mês e a quantia de R\$ 65.861,76 (sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos) por ano.

Segue a apuração do Imposto Sobre Serviços.

Quadro 19: Apuração do ISS - São José/SC – Mecânica III LTDA

ANO 2009	SERVIÇOS	Alíquota	ISS
	PRESTADO	ISS	DEVIDO
MENSAL	150.000,00	2,00%	3.000,00
ANUAL	1.800.000,00		36.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 19, efetua-se o cálculo do ISS – São José/SC, considerando os serviços projetados no valor mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com enquadramento no item 14.01 da lista de serviços de São José, resultado na aplicação da alíquota de ISS de 2% (dois por cento) sobre os serviços, com ISS a recolher o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando no ano R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

3.3.3.2 Simples Nacional

Para atender os objetivos de estudo, a receita acumulada no ano de 2008 é projetada em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), permanecendo acima do limite da ME, que é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), enquadrando-se como EPP para o ano de 2009.

Por se tratar de indústria enquadra-se no Anexo II da Resolução CGSN nº 5/2007, e com o faturamento acumulado dos últimos doze meses de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), com percentual total de 15,48% (quinze vírgula quarenta e oito por cento), conforme quadro abaixo com o faturamento mensal projetado para 2009 de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Quadro 20 – Cálculo Simples Nacional Anexo III - Mecânica III LTDA

Período	RECEITAS	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	INSS	ISS
2009	VENDAS	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
Mensal	150.000,00	23.220,00	1.080,00	1.050,00	3.225,00	765,00	9.600,00	7.500,00
Anual	1.800.000,00	278.640,00	12.960,00	12.600,00	38.700,00	9.180,00	115.200,00	90.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

O cálculo do Simples Nacional com o faturamento projetado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por mês, desta forma a alíquota do simples permaneceu constante em 15,48% (quinze vírgula quarenta e oito por cento) na quantia de R\$ 23.220,00 (vinte e três mil e duzentos e vinte reais) por mês, que deverá ser recolhido aos cofres públicos, este valor é distribuído em R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) para o IRPJ, R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) para o CSLL, R\$ 3.225,00 (três mil duzentos e vinte e cinco reais) para a COFINS, R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para o PIS, R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) para o INSS e R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para o ISS.

As empresas prestadoras de serviço optantes pelo Simples Nacional recolhem os tributos discriminados no parágrafo anterior, através da guia DAS, sendo que não há outros cálculos para os tributos inclusos neste percentual do Simples Nacional.

No exemplo proposto para o ramo de serviços mecânicos em automóveis enquadrado no anexo III do Simples Nacional, ocorre o recolhimento aos cofres públicos os tributos pelo Lucro Presumido na quantia total de R\$ 339.401,76 (trezentos e trinta e nove mil e quatrocentos e um reais e setenta e seis centavos) e pelo Simples Nacional a quantia de R\$ 278.640,00 (duzentos e setenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais), resultando em uma diferença de R\$ 60.761,76 (sessenta mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos).

3.3.4 Empreiteira IV LTDA

Os cálculos na forma de Lucro Presumido e Simples Nacional da Empreiteira IV LTDA, com atuação no ramo de empreiteira de mão de obra na construção civil sem fornecimento de material, classificação CNAE 4120-4/00, sendo que o serviço é prestado somente no município de São José/SC.

3.3.4.1 Lucro Presumido

O cálculo pelo Lucro Presumido para a empresa no ramo de prestação de serviços de empreiteira de mão de obra sem o fornecimento de materiais, segundo quadros 1 e 2, a classificação no percentual direto para cálculo do IR é de 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento), 2,88% (dois vírgula oitenta e oito por cento) para a CSLL, e as alíquotas cumulativas da COFINS em 3% (três por cento) e para o PIS em 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento), todos possuindo como base de cálculo faturamento mensal.

Quadro 21: Lucro Presumido Alíquota direta – Empreiteira IV LTDA

	RECEITA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	TOTAL
ANO 2009	SERVIÇOS	4,80%	2,88%	3,00%	0,65%	MÊS
MENSAL	150.000,00	7.200,00	4.320,00	4.500,00	975,00	16.995,00
ANUAL	1.800.000,00	86.400,00	51.840,00	54.000,00	11.700,00	203.940,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando a prestação de serviços mensais de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da qual resulta nos impostos e contribuições no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) para o IRPJ, R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais) para a CSLL, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o COFINS e R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais) para o PIS, somado ao adicional de IR totaliza na quantia de R\$ 19.795,00 (dezenove mil setecentos e noventa e cinco reais) por mês.

Quadro 22: Lucro Presumido Adicional de IR– Empreiteira IV LTDA

ANO 2009	RECEITAS	Presunção	Limite	Excesso	Ad. IR
	SERVIÇOS	32,00%	Bas. cálculo	Bas. cálculo	10,00%
MENSAL	150.000,00	48.000,00	20.000,00	28.000,00	2.800,00
TRIMESTRAL	450.000,00	144.000,00	60.000,00	84.000,00	8.400,00
ANUAL	1.800.000,00				33.600,00

Fonte: elaborado pelo autor.

A Empreiteira IV LTDA possui o adicional de IR, pois o seu faturamento trimestral é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e aplicando o percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) para os serviços prestados, resulta na base de cálculo do IR de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), ficando assim superior ao limite trimestral de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Desta forma, há adicional de 10% (dez por cento) sobre o

excesso, sendo o valor mensal a recolher de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) e trimestral no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Segue cálculos da contribuição para a Previdência Social e apuração do ISS para o município de São José/SC.

Quadro 23: Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Empreiteira IV LTDA

ANO	PRÓ	FOLHA	INSS Sócios	INSS Empregados	FPAS	RAT	TOTAL	TOTAL
2009	LABORE	Pagamentos	20,00%	20,00%	5,80%	3,00%	Empregados	GERAL
MENSAL	1.000,00	19.023,30	200,00	3.804,66	1.103,35	570,70	5.478,71	5.678,71
ANUAL	12.000,00	228.279,60	2.400,00	45.655,92	13.240,20	6.848,40	65.744,52	68.144,52

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 23 demonstra o cálculo da contribuição patronal para a Previdência Social considerando o pró-labore dos sócios e as remunerações médias dos funcionários segundo o anuário 2007, com o enquadramento da empresa pelo código FPAS 507 e a atividade principal CNAE 4120-4/00.

A contribuição patronal a Previdência Social sobre os pró-labores dos sócios tem como base o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) de contribuição, resulta no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), projetando para o ano de 2009, a base é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com contribuição no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O cálculo teve como base mensal a quantia de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos), com aplicação do total dos percentuais identificados no quadro 23 de 28,80% (vinte e oito vírgula oitenta por cento), resultando no INSS mensal de R\$ 5.478,71 (cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos).

Para uma análise anual, os salários totalizam R\$ 228.279,60 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e INSS anual de R\$ 65.744,52 (sessenta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Totalizando o valor da contribuição previdenciária de R\$ 5.678,71 (cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos) por mês e a quantia de R\$ 68.144,52 (sessenta e oito mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) por ano.

Segue o cálculo referente o ISS.

Quadro 24: Apuração do ISS - São José/SC – Empreiteira IV LTDA

ANO 2009	SERVIÇOS	Alíquota	ISS
	PRESTADO	ISS	DEVIDO
MENSAL	150.000,00	3,00%	4.500,00
ANUAL	1.800.000,00		54.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 24 demonstra o cálculo do ISS – São José/SC, considerando os serviços projetados no valor mensal de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com enquadramento no item 7.02 da lista de serviços de São José/SC, resultando na aplicação da alíquota de ISS de 3% (três por cento) sobre os serviços, com ISS a recolher o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) totalizando no ano R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

3.3.4.2 Simples Nacional

A receita acumulada no ano de 2008 é de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), permanecendo acima do limite da ME que é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), enquadrando-se como EPP para o ano de 2009.

Por se tratar de serviços classificados nos incisos XII e XV a XVIII do § 3º do Art. 12 da Resolução CGSN nº. 07/2007 recolhe seus tributos pelo Anexo IV da Resolução CGSN nº. 05/2007 e com o faturamento acumulado dos últimos doze meses de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), com percentual total de 14,60% (quatorze vírgula sessenta por cento), conforme quadro abaixo com o faturamento mensal projetado para o ano de 2009 de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Quadro 25: Cálculo Simples Nacional Anexo IV - Empreiteira IV LTDA

Período	RECEITAS	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	ISS
2009	VENDAS	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
Mensal	150.000,00	21.900,00	6.900,00	3.150,00	3.645,00	705,00	7.500,00
Anual	1.800.000,00	262.800,00	82.800,00	37.800,00	43.740,00	8.460,00	90.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 25 para cálculo do Simples Nacional possui o faturamento projetado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por mês, desta forma a alíquota do simples

permaneceu constante em 14,60% (quatorze vírgula sessenta por cento), resultando na quantia de R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais) por mês e por ano resulta no valor de R\$ 262.800,00 (duzentos e sessenta e dois mil e oitocentos reais).

O valor do simples é distribuído em R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) para o IRPJ, R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) para o CSLL, R\$ 3.645,00 (três mil seiscentos e quarenta e cinco reais) para a COFINS, R\$ 705,00 (setecentos e cinco reais) para o PIS, e R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para o ISS.

As empresas enquadradas no Anexo IV da Resolução nº. 05/2007, recolhem a Previdência Social o INSS e RAT, como as demais empresas não optantes, mas está dispensada do pagamento a outras entidades. Segue o cálculo no quadro 26.

Quadro 26: Cálculo Previdência Social Simples Nacional Anexo IV – Empreiteira IV LTDA

ANO	PRÓ	FOLHA	INSS Sócios	INSS Empregados	RAT	TOTAL	TOTAL
2009	LABORE	Pagamentos	20,00%	20,00%	3,00%	Empregados	GERAL
MENSAL	1.000,00	19.023,30	200,00	3.804,66	570,70	4.375,36	4.575,36
ANUAL	12.000,00	228.279,60	2.400,00	45.655,92	6.848,40	52.504,32	54.904,32

Fonte: elaborado pelo autor.

As empresas enquadradas no Anexo IV devem recolher a contribuição à Previdência Social semelhante às empresas enquadradas no Lucro Presumido, estando dispensada apenas do recolhimento da contribuição a terceiros.

O quadro 26 demonstra o cálculo da contribuição patronal a Previdência Social sobre o pró-labore e as remunerações médias dos funcionários segundo o anuário 2007 e o enquadramento da empresa pelo código FPAS 507 e a atividade principal CNAE 4120-4/00.

A base mensal da contribuição patronal a Previdência Social sobre os pró-labores dos sócios é no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) de contribuição, resulta no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), projetando para o ano de 2009, a base é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com contribuição no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O cálculo teve como base mensal a quantia de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos), com aplicação do total dos percentuais identificados no quadro 26 de 23% (vinte e três por cento), com a dispensa da contribuição FPAS para empresa Simples

Nacional, resulta no INSS mensal de R\$ 4.375,36 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Para uma análise anual os salários totalizam R\$ 228.279,60 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e INSS anual de R\$ 52.504,32 (cinquenta e dois mil quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos).

Totalizando o valor da contribuição previdenciária de R\$ 4.575,36 (quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos) por mês e a quantia de R\$ 54.904,32 (cinquenta e quatro mil novecentos e quatro reais e trinta e dois centavos) por ano.

Neste exemplo para o ramo de serviços de empreiteira de mão de obra na construção civil, ocorre o recolhimento aos cofres públicos dos impostos e contribuições pelo Lucro Presumido na quantia de R\$ 359.684,52 (trezentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) e pelo Simples Nacional a quantia de R\$ 317.704,32 (trezentos e dezessete mil setecentos e quatro reais e trinta e dois centavos), resultando em uma diferença de R\$ 41.980,20 (quarenta e um mil novecentos e oitenta reais e vinte centavos).

3.3.5 Contábil V LTDA

Expõem-se os cálculos na forma de Lucro Presumido e Simples Nacional da Contábil V LTDA, com ramo de atividades de serviços contábeis em geral, classificação CNAE 6920-6/01, sendo que o serviço é prestado somente no município de São José/SC.

3.3.5.1 Lucro Presumido

Efetua-se o cálculo pelo Lucro Presumido para a empresa no ramo de prestação de serviços de contabilidade, esta empresa é constituída na forma de sociedade simples. A classificação no percentual direto para cálculo do IR é de 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento), 2,88% (dois vírgula oitenta e oito por cento) para a CSLL, e as alíquotas cumulativas da COFINS em 3% (três por cento) e para o PIS em 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento), todos possuindo como base de cálculo faturamento mensal.

Quadro 27: Lucro Presumido Alíquota Direta – Contábil V LTDA

	RECEITA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	TOTAL
ANO 2009	SERVIÇOS	4,80%	2,88%	3,00%	0,65%	MÊS
MENSAL	150.000,00	7.200,00	4.320,00	4.500,00	975,00	16.995,00
ANUAL	1.800.000,00	86.400,00	51.840,00	54.000,00	11.700,00	203.940,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando a prestação de serviços mensais de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com impostos e contribuições mensais no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) para o IRPJ, R\$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais) para a CSLL, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o COFINS e R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais) para o PIS, somado ao adicional de IR totaliza na quantia de R\$ 19.795,00 (dezenove mil setecentos e noventa e cinco reais) por mês.

Quadro 28: Lucro Presumido Adicional de IR– Contábil V LTDA

ANO 2009	RECEITAS	Presunção	Limite	Excesso	Ad. IR
	SERVIÇOS	32,00%	Bas. cálculo	Bas. cálculo	10,00%
MENSAL	150.000,00	48.000,00	20.000,00	28.000,00	2.800,00
TRIMESTRAL	450.000,00	144.000,00	60.000,00	84.000,00	8.400,00
ANUAL	1.800.000,00				33.600,00

Fonte: elaborado pelo autor.

A Contábil V LTDA possui o adicional de IR, pois o seu faturamento trimestral é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), e, aplicando o percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento) para os serviços prestados, resulta na base de cálculo do IR de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), ficando assim superior ao limite trimestral de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Desta forma há adicional de 10% (dez por cento) sobre o excesso, sendo o valor mensal a recolher de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) e trimestral no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Segue os cálculos da contribuição para a Previdência Social.

Quadro 29: Cálculo Previdência Social Lucro Presumido – Contábil V LTDA

ANO	PRÓ	FOLHA	INSS Sócios	INSS Empregados	FPAS	RAT	TOTAL	TOTAL
2009	LABORE	Pagamentos	20,00%	20,00%	5,80%	1,00%	Empregados	GERAL
MENSAL	1.000,00	19.023,30	200,00	3.804,66	1.103,35	190,23	5.098,24	5.298,24
ANUAL	12.000,00	228.279,60	2.400,00	45.655,92	13.240,20	2.282,76	61.178,88	63.578,88

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 29 demonstra o cálculo da contribuição patronal para a Previdência Social considerando somente o pró-labore e as remunerações médias dos funcionários segundo o anuário 2007 e o enquadramento da empresa pelo código FPAS 515 e a atividade principal CNAE 6920-6/01.

A base mensal da contribuição patronal a Previdência Social sobre os pró-labores dos sócios é no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) de contribuição, resulta no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), projetando para o ano de 2009, a base é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com contribuição no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O cálculo teve como base mensal a quantia de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos) com aplicação do total dos percentuais identificados no quadro 29 de 26,80% (vinte e seis vírgula oitenta por cento), resultando no INSS mensal de R\$ 5.098,24 (cinco mil e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos).

Para uma análise anual os salários totalizam R\$ 228.279,60 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e INSS anual de R\$ 61.178,88 (sessenta e um mil cento e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Totalizando o valor da contribuição previdenciária de R\$ 5.298,24 (cinco mil duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) no mês e por ano a quantia de R\$ 63.578,88 (sessenta e três mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Segue a apuração do ISS.

Quadro 30: Apuração do ISS - São José/SC – Contábil V LTDA

ANO 2009	SERVIÇOS	ISS
	PRESTADO	FIXO
MENSAL	150.000,00	
ANUAL	1.800.000,00	5,00 URM

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro acima, efetua-se o cálculo do ISS – São José/SC, considerando os serviços contábeis em geral, sendo que este serviço está na lista de trabalho pessoal no nível superior, resultando na aplicação do ISS fixo no valor de 5,00 (cinco) URM, por ano.

O valor que for apurado do ISS para empresas contábeis, é o mesmo para ambas as formas de tributação, pois na alíquota do Simples Nacional não está incluso o ISS, devendo recolher este tributo como as demais empresas nesta atividade.

Devido ao ISS neste ramo possuir o mesmo valor para as duas formas de tributação não será considerado na análise tributária.

3.3.5.2 Simples Nacional

A receita acumulada para o ano de 2008 é de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), permanecendo acima do limite da ME, que é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), enquadrando-se como EPP para o ano de 2009.

Por tratar-se de serviços classificados nos incisos XIX ao XXVI do § 3º do Art. 12 da Resolução CGSN nº. 04/2007, especificamente no inciso XXV, recolhe o tributo pelo Anexo V da Resolução CGSN nº. 05/2007.

As empresas enquadradas neste anexo inicialmente devem calcular o fator “r”, para a correta classificação nas alíquotas do Simples Nacional, este fator é apurado levando em consideração a soma dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração dos salários, INSS e FGTS, dividido pela soma do faturamento dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração.

Assim é efetuado primeiramente o cálculo dos valores devidos à Previdência Social, pois é necessário para cálculo do fator “r”.

As empresas enquadradas no Anexo V da Resolução nº. 05/2007 devem recolher a Previdência Social como as demais empresas não optantes, sendo que estão dispensadas do pagamento do percentual das outras entidades (FPAS).

Desta forma segue o cálculo no quadro 31.

Quadro 31: Cálculo Previdência Social Simples Nacional Anexo V – Contábil V LTDA

ANO	PRÓ	FOLHA	INSS Sócios	INSS Empregados	RAT	TOTAL	TOTAL
2009	LABORE	Pagamentos	20,00%	20,00%	1,00%	Empregados	GERAL
MENSAL	1.000,00	19.023,30	200,00	3.804,66	190,23	3.994,89	4.194,89
ANUAL	12.000,00	228.279,60	2.400,00	45.655,92	2.282,76	47.938,68	50.338,68

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 31 demonstra o cálculo da contribuição patronal da empresa enquadrada no Anexo V da Resolução CGSN nº. 05/2007, para a Previdência Social considerando o pró-labore, as remunerações médias dos funcionários e o enquadramento da empresa pelo código FPAS 515 com atividade principal CNAE 6920-6/01.

A contribuição patronal à Previdência Social sobre os pró-labores dos sócios tem como base o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) de contribuição, resulta no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), projetando para o ano de 2009, a base é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) com contribuição no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O cálculo teve como base mensal a quantia de R\$ 19.023,30 (dezenove mil e vinte e três reais e trinta centavos) com aplicação do total dos percentuais identificados no quadro 31 de 21% (vinte e um por cento), resultando no INSS mensal de R\$ 3.994,89 (três mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Para uma análise anual, os salários totalizam R\$ 228.279,60 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) e INSS anual de R\$ 47.938,68 (quarenta e sete mil novecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Totalizando o valor da contribuição previdenciária de R\$ 4.194,89 (quatro mil cento e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos) no mês e por ano a quantia de R\$ 50.338,68 (cinquenta mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Após identificar a contribuição à Previdência Social, inicia-se a apuração do Simples Nacional com a identificação do fator “r”.

Quadro 32: Cálculo fator “r” Contábil V LTDA.

Folha de salários + Pró-labores	INSS Simples Nacional	FGTS 8% sobre os salários	Total Salários+ INSS+FGTS	RECEITA	Salário+ encargos / Receita= “r”
240.279,60	50.338,68	18.262,37	308.880,70	1.800.000,00	0,17

Fonte: elaborado pelo autor.

Com o índice “r” identificado no valor de 0,17 (zero vírgula dezessete), ficando inferior ao fator 0,30 (zero vírgula trinta) do Anexo V, desta forma é calculado no percentual máximo de contribuição para a atividade de serviços contábeis com percentual de 15% (quinze por cento).

O faturamento mensal é projetado para 2009 é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) conforme os demais exemplos seguem os cálculos do quadro 33.

Quadro 33: Cálculo Simples Nacional Anexo V, com “r” < 0,30 - Contábil V LTDA

Período	RECEITAS	Alíquota
2009	VENDAS	15,00%
Mensal	150.000,00	22.500,00
Anual	1.800.000,00	270.000,00

Fonte: elaborado pelo autor.

O cálculo do Simples Nacional permaneceu com a alíquota de 15% (quinze por cento) devido o faturamento e as despesas projetadas dos últimos 12 (doze) meses ficarem constantes, resultando na quantia de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) por mês, e para o ano o valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) que deverá ser recolhido aos cofres públicos.

Quanto ao cálculo do ISS não existe diferenças neste imposto para empresas com apuração pelo Simples Nacional enquadradas no anexo V e empresas com apuração normal pelo Lucro Presumido, assim sendo o valor é o mesmo para ambas as formas de apuração não havendo a necessidade de mais cálculos, pois não existem diferenças.

No exemplo proposto para o ramo de serviços contábeis, ocorre o recolhimento aos cofres públicos dos impostos e contribuições pelo Lucro Presumido na quantia de R\$ 301.118,88 (trezentos e um mil e cento e dezoito reais e oitenta e oito centavos) e pelo Simples Nacional a quantia de R\$ 320.338,68 (trezentos e vinte mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos), resultando em uma diferença de R\$ 19.219,80 (dezenove mil duzentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Após os cálculos e exposições segundo as atividades e modalidades de tributação abrangidas nesta monografia, realiza-se na próxima seção, uma análise dos resultados adquiridos em cada uma delas.

3.3.6 Análise entre Lucro Presumido e Simples Nacional

Os resultados obtidos através das projeções efetuadas pelo Lucro Presumido e Simples Nacional para o ano de 2009, confrontando a soma de todos os tributos calculados. Inicialmente são verificadas as diferenças da carga tributária por ramo de atividade.

No quadro 50, mostrar-se-á a empresa com atividade comercial.

Quadro 34: Resumo da carga tributária anual - Comercial I LTDA

MODALIDADE / DESCRIÇÃO	VALOR
LUCRO PRESUMIDO	ANO DE 2009
IR+CSLL+COFINS+PIS	106.740,00
INSS	63.578,88
ICMS	94.965,48
TOTAL-LUCRO PRESUMIDO	265.284,36
TOTAL - SIMPLES NACIONAL	185.760,00
LUCRO PRESUMIDO (-)	79.524,36
SIMPLES NACIONAL	

Fonte: elaborado pelo autor.

Analizando o quadro 34, constata-se que a modalidade de tributação que apresenta a menor carga tributária para o ano de 2009 para a empresa de pequeno porte no ramo do comércio é o Simples Nacional, que totalizou a quantia de R\$ 185.760,00 (cento e oitenta e cinco mil setecentos e sessenta reais) contra R\$ 265.284,36 (duzentos e sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos) apurados pelo Lucro Presumido.

Confrontando o valor dos tributos, R\$ 79.524,36 (setenta e nove mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos), a empresa optando pelo Simples Nacional economizara aproximadamente 4,41% (quatro vírgula quarenta e um por cento) sobre a sua receita bruta anual.

Segue o resumo da empresa Industrial II LTDA.

Quadro 35: Resumo da carga tributária anual - Industrial II LTDA

MODALIDADE / DESCRIÇÃO	VALOR
LUCRO PRESUMIDO	ANO DE 2009
IR+CSLL+COFINS+PIS	106.740,00
IPI	20.769,24
INSS	65.861,76
ICMS	85.915,32
TOTAL-LUCRO PRESUMIDO	279.286,32
TOTAL - SIMPLES NACIONAL	194.760,00
L.PRESUMIDO (-)	
SIMPLES NACIONAL	84.526,32

Fonte: elaborado pelo autor.

Analisando o quadro 35, constata-se que a modalidade de tributação que apresenta a menor carga tributária para o ano de 2009, para a empresa de pequeno porte no ramo de indústria é o Simples Nacional, que totalizou a quantia de R\$ 194.760,00 (cento e noventa e quatro mil setecentos e sessenta reais) versus R\$ 279.286,32 (duzentos e setenta e nove mil duzentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos) apurados pelo Lucro Presumido.

A empresa optando pelo Simples Nacional economizara aproximadamente 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento) sobre a sua receita bruta anual, totalizando uma diferença de R\$ 84.526,32 (oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos).

Segue quadro com o resumo da carga tributária da empresa Mecânica III LTDA.

Quadro 36: Resumo da carga tributária anual - Mecânica III LTDA

MODALIDADE / DESCRIÇÃO	VALOR
LUCRO PRESUMIDO	ANO DE 2009
IR+CSLL+COFINS+PIS	203.940,00
ADICIONAL IR	33.600,00
INSS	65.861,76
ISS	36.000,00
TOTAL-LUCRO PRESUMIDO	339.401,76
TOTAL SIMPLES NACIONAL	278.640,00
LUCRO PRESUMIDO (-)	60.761,76
SIMPLES NACIONAL	

Fonte: elaborado pelo autor.

Analisando o quadro 36, constata-se que a modalidade de tributação que apresenta a menor carga tributária para o ano de 2009 para empresa de pequeno porte no ramo de serviço classificado no Anexo III da LC 123/2006 é o Simples Nacional, que totalizou a quantia de R\$ 278.640,00 (duzentos e setenta e oito mil seiscentos e quarenta reais), contra R\$ 339.401,76 (trezentos e trinta e nove mil e quatrocentos e um reais e setenta e seis centavos) apurados pelo Lucro Presumido, possuindo uma diferença de R\$ 60.761,76 (sessenta mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos).

A empresa optando pelo Simples Nacional economizara aproximadamente, 3,37% (três vírgula trinta e sete por cento) sobre a sua receita bruta anual.

No quadro 37 mostrar-se-á o resumo da carga tributária da empresa Empreiteira IV LTDA.

Quadro 37: Resumo da carga tributária anual - Empreiteira IV LTDA

MODALIDADE / DESCRIÇÃO	VALOR
LUCRO PRESUMIDO	ANO DE 2009
IR+CSLL+COFINS+PIS	203.940,00
ADICIONAL IR	33.600,00
INSS	68.144,52
ISS	54.000,00
TOTAL-LUCRO PRESUMIDO	359.684,52
SIMPLES NACIONAL	262.800,00
INSS	54.904,32
TOTAL	317.704,32
LUCRO PRESUMIDO (–)	
SIMPLES NACIONAL	41.980,20

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro 37 constata-se que a modalidade de tributação que apresenta a menor carga tributária para o ano de 2009, para a empresa é o Simples Nacional, que totalizou a quantia de R\$ 317.704,32 (trezentos e dezessete mil setecentos e quatro reais e trinta e dois centavos) versus R\$ 359.684,52 (trezentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) apurados pelo Lucro Presumido, possuindo uma diferença de R\$ 41.980,20 (quarenta e um mil novecentos e oitenta reais e vinte centavos).

A empresa optando pelo Simples Nacional economizara aproximadamente 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) sobre a sua receita bruta anual.

No quadro 38 mostrar-se-á o resumo da carga tributária da empresa Contábil V LTDA.

Quadro 38: Resumo da carga tributária anual - Contábil V LTDA

MODALIDADE / DESCRIÇÃO	VALOR
LUCRO PRESUMIDO	ANO DE 2009
IR+CSLL+COFINS+PIS	203.940,00
ADICIONAL IR	33.600,00
INSS	63.578,88
ISS	FIXO
TOTAL-LUCRO PRESUMIDO	301.118,88
SIMPLES NACIONAL	270.000,00
INSS	50.338,68
ISS	FIXO
TOTAL	320.338,68
LUCRO PRESUMIDO (-)	
SIMPLES NACIONAL	(19.219,80)

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme a análise do quadro 38 e desconsiderando o ISS que possui o mesmo valor para ambas as formas de tributação, constata-se que o único exemplo que apresenta o Lucro Presumido como a menor carga tributária para o ano de 2009, para a empresa de pequeno porte no ramo de serviço contábil classificado no Anexo V da LC nº. 123/2006, que totaliza a quantia de R\$ 301.118,88 (trezentos e um mil cento e dezoito reais e oitenta e oito centavos) versus R\$ 320.338,68 (trezentos e vinte mil trezentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos) apurados pelo Simples Nacional, possuindo uma diferença de R\$ 19.219,80 (dezenove mil duzentos e dezenove reais e oitenta centavos).

A empresa no ramo de contabilidade com os dados projetados, é a única na simulação que apresentou o sistema presumido como o mais econômico pela ótica tributária, optando pelo Lucro Presumido economizara aproximadamente 1,07% (um vírgula zero sete por cento) sobre a sua receita bruta anual.

No quadro 39 mostrar-se-á o resumo da carga tributária anual para as empresas do estudo.

Quadro 39: Resumo da carga tributária anual para todas as empresas.

EMPRESA	LUCRO PRESUMIDO	Percentual sobre a receita bruta anual	SIMPLES NACIONAL	Percentual sobre a receita bruta anual	Diferença em Reais	Diferença em percentual
Comercial I LTDA	265.567,36	14,73%	185.760,00	10,32%	79.524,36	4,41%
Industrial II LTDA	279.286,32	15,51%	194.760,00	10,82%	84.526,32	4,69%
Mecânica III LTDA	339.401,76	18,85%	278.640,00	15,48%	60.761,76	3,37%
Empreiteira IV LTDA	359.684,52	19,98%	317.704,32	17,65%	41.980,20	2,33%
Contábil V LTDA	301.118,88	16,73%	320.338,68	17,79%	(19.219,80)	(1,07%)

Fonte: elaborado pelo autor.

Foi relacionado o resumo tributário anual dos impostos incidentes para todos os exemplos do estudo, relacionando os tributos com o percentual incidente sobre a receita bruta de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Verifica-se que a diferença encontrada em relação às duas formas de tributação diminui gradativamente das empresas da Industrial II LTDA ao Contábil V LTDA.

A carga tributária menor entre as empresas Comercial I LTDA à Empreiteira IV LTDA é o Simples Nacional, porém na empresa Contábil V LTDA é o Lucro Presumido o mais vantajoso.

Com finalidade de estudo verifica-se que as empresas analisadas possuem o percentual médio de tributação pelo Lucro Presumido de 17,16% (dezessete vírgula dezesseis por cento), e o Simples Nacional é de 14,41% (quatorze vírgula quarenta e um por cento).

Em média o Simples Nacional, com base nos cálculos realizados, é a forma mais econômica do recolhimento de tributos.

Com o encerramento da descrição e análise dos dados do estudo, inicia-se o próximo capítulo, que apresentará as conclusões e recomendações relacionadas do trabalho.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo, explana-se sobre as conclusões quanto ao estudo realizado. Posteriormente são apresentadas as recomendações para trabalhos futuros tomando como base o tema pesquisado.

4.1 CONCLUSÕES

Atualmente os gestores precisam enfrentar outras preocupações diárias como os altos custos das mercadorias e matérias primas, a escassez de produtos, o custo elevado dos tributos e entre outros problemas de gestão.

O planejamento tributário quando atende as normas legais, torna-se uma importante ferramenta de apoio empresarial, delineando alternativas para diminuir o custo tributário com os entes federativos.

Em resposta a pergunta de pesquisa: *Qual é o sistema de tributação mais vantajoso para uma empresa Comercial, Industrial e Prestadora de Serviços? O Simples Nacional ou Lucro Presumido?*, foi sendo consolidada a medida que os três objetivos específicos são atingidos.

O primeiro objetivo específico propôs conceituar planejamento tributário. Assim, realizou-se um estudo demonstrado na fundamentação teórica iniciado com as formas de sociedades jurídicas permitidas a optar pelo Simples Nacional e Lucro Presumido. Efetuou-se breve relato sobre sistema tributário brasileiro, caracteriza-se pela complexidade de várias legislações e tributos. Com o conhecimento desta legislação, a empresa pode ter vantagens com os benefícios fiscais e utilizar brechas existentes na própria lei. A utilização do planejamento tributário de forma lícita auxilia os gestores na criação de novas estratégias visando à redução de custos.

O segundo objetivo é descrever as formas de tributação do Lucro Presumido e do Simples Nacional. Para isso, foram destacados os principais pontos das duas formas de tributação, considerando os itens mais relevantes como os tributos abrangidos, as formas de apuração, a receita tributável, a base de cálculo, as alíquotas, e exemplos de cálculo no item 3.2.

O último objetivo de pesquisa era verificar as vantagens e desvantagens tributárias da opção pelas formas de tributação do Simples Nacional e Lucro Presumido para o ano de

2009. Para as cinco empresas analisadas no estudo, conclui-se que o Simples Nacional possui as vantagens de ser um sistema de recolhimentos unificado, reduzindo a quantidade de documentos, declarações e guias, também é a forma de pagamentos de tributos mais econômica para quatro empresas projetadas, excluindo a empresa no ramo de serviços contábeis, e, como desvantagens, identificam-se uma legislação em constante mudança, uma alíquota crescente em relação ao faturamento em todas as tabelas dificultando uma projeção e o fator “r” utilizado para cálculo das empresas enquadradas no Anexo V da LC nº. 123/2006.

Enquanto para o Lucro Presumido, como vantagem, identifica-se uma modalidade que possui as alíquotas constantes sobre o faturamento e a base previdenciária, e, como desvantagem possui vários tipos de tributos, várias obrigações com a fiscalização federal e estadual, e para as empresas analisadas o Lucro Presumido possui uma carga tributária superior ao Simples Nacional, exceto para a empresa de serviços contábeis.

Assim, conclui-se que para o ano de 2009, deve optar pelo Simples Nacional a empresa comercial, a industrial, a prestadora de serviços mecânicos e a empreiteira de mão de obra na construção civil, e a empresa de serviços contábeis deve optar pelo Lucro Presumido.

4.2 RECOMENDAÇÕES

Acredita-se que este estudo possa servir apoio a futuros trabalhos, que tenham como temas semelhantes. Enfim, recomenda-se para estudos futuros:

- verificar a mortalidade e sucesso da ME e EPP em Santa Catarina;
- realizar novos estudos, sobre o empreendedorismo dos empresários brasileiros;
- comparar a apuração do Simples Nacional, Lucro Presumido e lucro real.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Nylson Paim. **Consolidação das Leis do trabalho**. In ABREU FILHO, Nylson Paim.(Org); Constituição Federal CLT legislação previdenciária. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2004.

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Planejamento Tributário e Inteligência Empresarial Tributária**. Disponível em <http://www.apet.org.br/artigos/ver.asp?art_id=332>. Acesso: em 31 de novembro de 2008.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, Andre Andrade; RAUPP, Fabiano Maury. In. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estado e municípios. **Código Tributário Nacional e Constituição Federal**. 14 ed. São Paulo, Saraiva, 2008. p.7,14, 160-171, 370.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Alterada pela Lei nº 10.677, de 22 de maio de 2003, Alterada pela Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, Alterada pela Lei nº 10.838, de 30 de janeiro de 2004, Alterada pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, Alterada pela Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Alterada pela Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, Alterada pela Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2002/lei10406.htm>>. Acesso: em 29 de maio de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Alíquotas do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas Tributadas pelo Lucro Real, Presumido ou Arbitrado**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aliquotas/ContribPj.htm>>. Acesso em 21 de Julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Formas de Contribuição**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/FormasContrib.htm>>. Acesso em 25 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/IPI/conceito.htm>>. Acesso em 20 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 810, de 21 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido aplicável aos fatos geradores ocorridos a partir de maio de 2008. Disponível em :<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2008/in8102008.htm>>. Acesso em 24 de setembro de 2008.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 07, 07 de setembro de 1970**. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp07.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2008.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 08, 03 de dezembro de 1970**. Institui o Programa de Formação do servidor Público, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp08.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2008.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 70, 30 de dezembro de 1991**. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp70.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Alterada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Complementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em: 29 de maio de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997. Alterada pela Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Alterada pela Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998. Alterada pela Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000. Alterada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001. Alterada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. Alterada Pela Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002. Alterada pela Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Alterada pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Alterada pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004. Alterada pela Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004. Alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007. Alterada pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei943096.htm>>. Acesso em: 29 de maio de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Dispõe no âmbito da legislação tributária federal, relativamente às contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, de que tratam o art. 239 da Constituição e a Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, ao Imposto sobre a Renda e ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativos a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei971898.htm>> . Acesso em: 15 de junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte – MAFON 2008**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/dirf/Mafondirf2008/Mafon2008.pdf>>. Acesso em 21 de Julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Manual da Declaração Anual do Simples Nacional DASN 2008**. Disponível em: http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes/atspo/dasn2008.app/pdf/Manual_DASN2008.pdf>. Acesso em 21 de Julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Prazos de Entrega das Declarações**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/ReceitaNet/duvidas/prazo.htm>>. Acesso em 21 de Julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Regime de Incidência Cumulativa**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/PisPasepCofins/RegIncidenciaCumulativa.htm>>. Acesso em 25 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Resolução CGSN nº 04, de 30 de maio de 2007**. Dispõe sobre a opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), Alterada pela Resolução CGSN nº 14, de 23 de julho de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 16, de 30 de julho de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 17, de 8 de agosto de 2007, Alterada pela Resolução CGSN nº 19, de 13 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 20, de 15 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 22, de 23 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 23, de 13 de novembro de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 29, de 21 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/legislacao/Resolucoes2007/CGSN/CGSN004.asp>>. Acesso em 01 de junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Resolução CGSN nº 05, de 30 de maio de 2007**. Dispõe sobre o cálculo e o recolhimento dos impostos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional). Retificada no DOU de 08/06/2007, Seção 1, pág. 31. Alterada pela Resolução CGSN nº 7, de 18 de junho de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 14, de 23 de julho de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 19, de 13 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 20, de 15 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 21, de 17 de agosto de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 26, de 20 de dezembro de 2007. Retificada no DOU de 22/08/2007, Seção 1, pág. 22. Alterada pela Resolução CGSN nº 27, de 28 de dezembro de 2007. Anexos alterados pela Resolução CGSN nº 31 de 17 de março 2008. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/legislacao/Resolucoes2007/CGSN/CGSN005.asp>>. Acesso em 01 de junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Resolução CGSN nº 06, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) a serem utilizados para fins da opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) Alterada pela Resolução CGSN nº 14, de 23 de julho de 2007. Alterada pela Resolução CGSN nº 20, de 15 de agosto de 2007.

Retificada no DOU de 20/08/2007, Seção 1, pág. 25. Alterada pela Resolução CGSN nº 35, de 28 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/legislacao/Resolucoes2007/CGSN/CGSN006.asp>>. Acesso em 01 de junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Resolução CGSN nº 07, de 18 de junho de 2007**. Altera a Resolução CGSN nº 5, de 30 de maio de 2007, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/legislacao/Resolucoes2007/CGSN/CGSN007.asp>>. Acesso 01 de junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Contribuições tabelas de contribuição mensal**. Disponível em : <http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/paginas/perfis/perfil_comPrevidencia_04_02.asp>. Acesso em 21 de setembro de 2008.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **FGTS saiba mais**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/fgts/saiba_mais.asp>. Acesso em 11 de Agosto de 2008.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **PIS-PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Beneficios/pis/saiba_mais.asp>. Acesso em 31 de novembro de 2008.

CARVALHO, Zenaide; BARATO Alayde T.. **Legislação e Prática Trabalhista Sefip/Gfip. Projeto Educação Continuada. 2008**. Florianópolis: SESCON, 2008. Disponível em: <http://www.sesconfloripa.org.br/down_lista.php?ct=4&m=12&ms=47>. Acesso em: 09 de Setembro de 2008.

GUAREZI, Odílio. Fúria arrecadatória. **REVISTA EMPRESARIAL – AEMFLO/CDL**. São José, SC, ano III, nº 016, p. 6, junho. 2008.

IDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. São Paulo. Atlas, 1985.

INFORMARE. **Lucro Presumido – Considerações Gerais**. Disponível em: <http://www.informanet.com.br/Prodinfo/boletim/2007/imposto/lucro_presumido_33-2007.htm>. Acesso em 05 de abril de 2008.

INFORMARE. **Lucro Presumido / Estimado Percentuais de Presunção - 2007 Considerações Gerais**. Disponível em: <<http://www.informanet.com.br/Prodinfo/agenda/2006/lucropresumido.htm>>. Acesso em 10 de julho de 2008.

INFORMARE. **TABELA - CÓDIGOS FPAS - RESUMO DO FPAS**. Disponível em: <<http://www.informanet.com.br/Prodinfo/agenda/2006/tabfpas.htm>>. Acesso em 25 de setembro de 2008.

LUNKES, Rogério João. **Manual de Contabilidade Hoteleira**. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. 35 ed..São Paulo: Atlas, 2002.

PORTAL BRASIL. **Índice nacional de preços ao consumidor - INPC**. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/inpc.htm>>. Acesso em 10 de outubro de 2008.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/cofins.html>>. Acesso em 27 de setembro de 2008.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.htm>>. Acesso em: 15 de junho de 2008.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **OS TRIBUTOS NO BRASIL**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>>. Acesso em: 23 de novembro de 2008.

PROCONTÁGIL. **Ordem normativa de serviços 1/71 – percentuais de margem de lucro por atividade**. RICMS/SC. Acesso em 15 de setembro de 2008.

PROCONTÁGIL. **TIPI**. Regulamento do IPI. Acesso em 05 de setembro de 2008.

SANTA CATARINA. Secretaria Estadual da Fazenda. **Decreto Nº 2.870, de 27 de agosto de 2001**. Regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://200.19.215.13/legtrib_internet/index.html>. Acesso em :20 de junho de 2008.

SANTOS, Antônio Dorvalino dos. **Projeto de Educação Continuada: Apuração do IRPJ e CSLL com base no Lucro Real e Presumido**. CRC/SC, Florianópolis, maio/2008. Disponível em: <<http://www.sesconfloripa.org.br>> . Acesso em 14 de junho de 2008.

SÃO JOSÉ. Prefeitura Municipal. Secretaria da Receita. **Código Tributário Municipal**; Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005. São José, [s.n], 2006.

SEBRAE, DIEESE. **ANUÁRIO DO TRABALHO na Micro e Pequena Empresa 2007**. Disponível em: <<ftp://ftp.sebrae-sc.com.br/pesquisa4.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2008.

SEBRAE-SC. **SIMPLES NACIONAL SEBRAE**. Disponível em : <<http://www.sebrae.com.br/customizado/lei-geral/lei-geral/simples-nacional-1>>. Acesso em: 06 de junho de 2008.

SEBRAE-SC. **QUEM PODE E QUEM NÃO PODE ADERIR AO SUPERSIMPLES**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4800&^^>>. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

SEBRAE-SP. **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (Base de cálculo Presumida)**. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/principal/abrindo%20seu%20neg%C3%B3cio/produtos%20sebrae/artigos/listadeartigos/contribui%C3%A7%C3%A3o_social_sobre_lucro_liquido_csll.aspx>. Acesso em 29 de setembro de 2008.

VELLOSO, Renato Ribeiro. **Sistema Constitucional Tributário**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 2, nº 84. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=314>>. Acesso em Acesso em: 30 de novembro de 2008.

ZALUNCA, Júlio César. **Planejamento Tributário: pague menos, dentro da lei!**. Portal Tributário. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>> . Acesso em: 19 de setembro de 2008.

ANEXOS

ANEXO A - Lista de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições de melhoria existentes no Brasil

1. Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM - Lei 10.893/2004
2. Contribuição á Direção de Portos e Costas (DPC) - Lei 5.461/1968
3. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - Lei 10.168/2000
4. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado "Salário Educação" - Decreto 6.003/2006
5. Contribuição ao Funrural
6. Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Lei 2.613/1955
7. Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT)
8. Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa (Sebrae) - Lei 8.029/1990
9. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) - Decreto-Lei 8.621/1946
10. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado dos Transportes (SENAT) - Lei 8.706/1993
11. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) - Lei 4.048/1942
12. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) - Lei 8.315/1991
13. Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI) - Lei 9.403/1946
14. Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC) - Lei 9.853/1946
15. Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP) - art. 9, I, da MP 1.715-2/1998
16. Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST) - Lei 8.706/1993
17. Contribuição Confederativa Laboral (dos empregados)
18. Contribuição Confederativa Patronal (das empresas)
19. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Combustíveis - Lei 10.336/2001
20. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Remessas Exterior - Lei 10.168/2000
21. Contribuição para a Assistência Social e Educacional aos Atletas Profissionais - FAAP - Decreto 6.297/2007
22. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Emenda Constitucional 39/2002
23. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE - art. 32 da Medida Provisória 2228-1/2001 e Lei 10.454/2002
24. Contribuição Sindical Laboral (não se confunde com a Contribuição Confederativa Laboral, vide comentários sobre a Contribuição Sindical Patronal)
25. Contribuição Sindical Patronal (não se confunde com a Contribuição Confederativa Patronal, já que a Contribuição Sindical Patronal é obrigatória, pelo artigo 578 da CLT, e a Confederativa foi instituída pelo art. 8, inciso IV, da Constituição Federal e é obrigatória em função da assembléia do Sindicato que a instituir para seus associados, independentemente da contribuição prevista na CLT)
26. Contribuição Social Adicional para Reposição das Perdas Inflacionárias do FGTS - Lei Complementar 110/2001
27. Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
28. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

29. Contribuições aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB, CRC, CREA, CRECI, CORE, etc.)
30. Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, esgoto, rede de água, rede de esgoto, etc.
31. Fundo Aeroviário (FAER) - Decreto Lei 1.305/1974
32. Fundo de Combate à Pobreza - art. 82 da EC 31/2000
33. Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) - Lei 5.070/1966 com novas disposições da Lei 9.472/1997
34. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
35. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) - art. 6 da Lei 9.998/2000
36. Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) - art.6 do Decreto-Lei 1.437/1975 e art. 10 da IN SRF 180/2002
37. Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) - Lei 10.052/2000
38. Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
39. Imposto sobre a Exportação (IE)
40. Imposto sobre a Importação (II)
41. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
42. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
43. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
44. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e jurídica)
45. Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)
46. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
47. Imposto sobre Transmissão Bens Inter-Vivos (ITBI)
48. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)
49. INSS Autônomos e Empresários
50. INSS Empregados
51. INSS Patronal
52. IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
53. Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)
54. Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro
55. Taxa de Avaliação in loco das Instituições de Educação e Cursos de Graduação - Lei 10.870/2004
56. Taxa de Classificação, Inspeção e Fiscalização de produtos animais e vegetais ou de consumo nas atividades agropecuárias - Decreto-Lei 1.899/1981
57. Taxa de Coleta de Lixo
58. Taxa de Combate a Incêndios
59. Taxa de Conservação e Limpeza Pública
60. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA - Lei 10.165/2000
61. Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Lei 10.357/2001, art. 16
62. Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais)
63. Taxa de Fiscalização da Aviação Civil - TFAC - Lei 11.292/2006
64. Taxa de Fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA - art. 13 e 14 da MP 437/2008
65. Taxa de Fiscalização CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - Lei 7.940/1989
66. Taxa de Fiscalização de Sorteios, Brindes ou Concursos - art. 50 da MP 2.158-35/2001
67. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária Lei 9.782/1999, art. 23
68. Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC - Lei 10.834/2003

69. Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC - art. 12 da MP 233/2004
70. Taxa de Licenciamento Anual de Veículo
71. Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas instalações - Lei 9.765/1998
72. Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal
73. Taxa de Pesquisa Mineral DNPM - Portaria Ministerial 503/1999
74. Taxa de Serviços Administrativos – TSA – Zona Franca de Manaus - Lei 9.960/2000
75. Taxa de Serviços Metrológicos - art. 11 da Lei 9.933/1999
76. Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP)
77. Taxa de Outorga e Fiscalização - Energia Elétrica - art. 11, inciso I, e artigos 12 e 13, da Lei 9.427/1996
78. Taxa de Outorga - Rádios Comunitárias - art. 24 da Lei 9.612/1998 e nos art. 7 e 42 do Decreto 2.615/1998
79. Taxa de Outorga - Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários - art. 77, incisos II e III, a art. 97, IV, da Lei 10.233/2001
80. Taxas de Saúde Suplementar - ANS - Lei 9.961/2000, art. 18
81. Taxa de Utilização do SISCOMEX - art. 13 da IN 680/2006.
82. Taxa de Utilização do MERCANTE - Decreto 5.324/2004
83. Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais)
84. Taxa Processual Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - Lei 9.718/1998

Fonte: Portal Tributário (2008)

ANEXO B - Anexo I – Partilha do Simples Nacional - Comércio

Seção I: Receitas decorrentes da revenda de mercadorias não sujeitas a substituição tributária, exceto as receitas decorrentes da revenda de mercadorias para exportação

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis Pasep	INSS	ICMS
Até 120.000,00	4,00%	0,00%	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,47%	0,00%	0,36%	1,08%	0,00%	2,17%	1,86%
De 240.000,01 a 360.000,00	6,84%	0,31%	0,31%	0,95%	0,23%	2,71%	2,33%
De 360.000,01 a 480.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 480.000,01 a 600.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Fonte: Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO C - Anexo II – Partilha do Simples Nacional - Indústria

Receita decorrente da venda de mercadorias por elas industrializadas não sujeita a substituição tributária, exceto as receitas decorrentes da venda de mercadorias por elas industrializadas para exportação, quadro sem substituição tributária.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis Pasep	INSS	ICMS	IPi
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%	0,50%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,97%	0,00%	0,36%	1,08%	0,00%	2,17%	1,86%	0,50%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,34%	0,31%	0,31%	0,95%	0,23%	2,71%	2,33%	0,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%	0,50%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

Fonte: Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO D - Anexo III – Partilha do Simples Nacional – Serviços e Locação de Bens Móveis

Para as receitas decorrentes da locação de bens móveis (desconsiderar a coluna ISS da tabela), e sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido ao próprio e a outro Município.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/ Pasep	INSS	ISS
Até 120.000,00	6,00%	0,00%	0,39%	1,19%	0,00%	2,42%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21%	0,00%	0,54%	1,62%	0,00%	3,26%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

Fonte: Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO E - Anexo IV – Partilha do Simples Nacional – Serviços

Receitas decorrentes da prestação dos serviços previstos nos incisos XIII e XV a XVIII do § 3º do art. 12 da Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido a outro Município (Alterada pela Resolução CGSN nº 31 de 17 de março 2008)

Sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido ao próprio e outro Município.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	Pis/Pasep	ISS
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

Fonte: Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO F - Anexo V – Partilha do Simples Nacional – Serviços:

Receitas decorrentes da prestação dos serviços previstos nos incisos XIX a XXIV e XXVI do § 3º do art. 12 da Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido ao próprio e outro Município com “r” $\geq 0,40$.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS
Até 120.000,00	6,00%	4,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	7,27%	4,48%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	8,46%	4,96%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	9,28%	5,44%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	9,79%	5,92%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	10,63%	6,40%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	11,14%	6,88%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	11,67%	7,36%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	12,45%	7,84%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,97%	8,32%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	13,80%	8,80%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	14,28%	9,28%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	14,76%	9,76%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,24%	10,24%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,72%	10,72%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,20%	11,20%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,68%	11,68%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,16%	12,16%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,64%	12,64%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	18,50%	13,50%	5,00%

Fonte: Resolução CGSN nº. 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO G - Escritórios de serviços contábeis, com “r” $\geq 0,40$.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS (*)
Até 120.000,00	4,00%	4,00%	0%
De 120.000,01 a 240.000,00	4,48%	4,48%	0%
De 240.000,01 a 360.000,00	4,96%	4,96%	0%
De 360.000,01 a 480.000,00	5,44%	5,44%	0%
De 480.000,01 a 600.000,00	5,92%	5,92%	0%
De 600.000,01 a 720.000,00	6,40%	6,40%	0%
De 720.000,01 a 840.000,00	6,88%	6,88%	0%
De 840.000,01 a 960.000,00	7,36%	7,36%	0%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	7,84%	7,84%	0%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	8,32%	8,32%	0%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	8,80%	8,80%	0%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	9,28%	9,28%	0%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	9,76%	9,76%	0%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,24%	10,24%	0%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,72%	10,72%	0%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,20%	11,20%	0%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,68%	11,68%	0%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	12,16%	12,16%	0%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,64%	12,64%	0%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	13,50%	13,50%	0%

Fonte: Resolução CGSN nº. 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO H - Receitas decorrentes da prestação dos serviços previstos nos incisos XIX a XXIV e XXVI do § 3º do art. 12 da Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido ao próprio e outro Município, com $0,35 \leq "r" < 0,40$.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS
Até 120.000,00	16,00%	14,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	16,79%	14,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	17,50%	14,00%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	17,84%	14,00%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	17,87%	14,00%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	18,23%	14,00%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	18,26%	14,00%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	18,31%	14,00%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	18,61%	14,00%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	18,65%	14,00%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	19,00%	14,00%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	19,00%	14,00%	5,00%

Fonte: Resolução CGSN nº. 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO I - Escritórios de serviços contábeis, com $0,35 \leq "r" < 0,40$.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS (*)
Até 120.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 120.000,01 a 240.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 240.000,01 a 360.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 360.000,01 a 480.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 480.000,01 a 600.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 600.000,01 a 720.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 720.000,01 a 840.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 840.000,01 a 960.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	14,00%	14,00%	0%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	14,00%	14,00%	0%

Fonte: Resolução CGSN nº. 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO J - Receitas decorrentes da prestação dos serviços previstos nos incisos XIX a XXIV e XXVI do § 3º do art. 12 da Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido ao próprio e outro Município, com $0,30 \leq "r" < 0,35$.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS
Até 120.000,00	16,50%	14,50%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	16,29%	14,50%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	18,00%	14,50%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	18,34%	14,50%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	18,37%	14,50%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	18,73%	14,50%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	18,76%	14,50%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	18,81%	14,50%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	19,11%	14,50%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	19,15%	14,50%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	19,50%	14,50%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	19,50%	14,50%	5,00%

Fonte: Resolução CGSN nº. 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO L - Escritórios de serviços contábeis, com $0,30 \leq "r" < 0,35$.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS (*)
Até 120.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 120.000,01 a 240.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 240.000,01 a 360.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 360.000,01 a 480.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 480.000,01 a 600.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 600.000,01 a 720.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 720.000,01 a 840.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 840.000,01 a 960.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	14,50%	14,50%	0%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	14,50%	14,50%	0%

Fonte: Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO M - Receitas decorrentes da prestação dos serviços previstos nos incisos XIX a XXIV e XXVI do § 3º do art. 12 da Resolução CGSN nº 4, de 30 de maio de 2007, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido ao próprio e a outro Município, com “r” < 0,30.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS
Até 120.000,00	17,00%	15,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	17,79%	15,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	18,50%	15,00%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	18,84%	15,00%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	18,87%	15,00%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	19,23%	15,00%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	19,26%	15,00%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	19,31%	15,00%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	19,61%	15,00%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	19,65%	15,00%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	20,00%	15,00%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	20,00%	15,00%	5,00%

Fonte: Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO N - Escritórios de serviços contábeis, com “r” < 0,30.

Receita Bruta Total em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL	ISS
Até 120.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 120.000,01 a 240.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 240.000,01 a 360.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 360.000,01 a 480.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 480.000,01 a 600.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 600.000,01 a 720.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 720.000,01 a 840.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 840.000,01 a 960.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	15,00%	15,00%	0%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	15,00%	15,00%	0%

Fonte: Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007

ANEXO O - Tabela de incidência de ISQN/São José/SC

Item	Sub- itens	Alíquota	Item	Sub-item	Alíquota
01	01ao 08	3%	17	24	3%
02	01	3%	17	03,06,08 ao 11,13,16,17	5%
03	02 ao 05	5%	17	18,20,21,22,23	5%
04	01 ao 23	2%	18	01	5%
05	01 ao 08	5%	19	01	5%
05	09	2%	20	01,02,03	5%
06	01 ao 05	5%	21	01	5%
07	09,10	2,5%	22	01	5%
07	01 ao 08 e 11ao 22	3%	23	01	5%
08	01	2%	24	01	2%
08	02	3%	25	02,03,04	2%
09	01,02,03	2,5%	25	01	5%
10	05	2%	26	01	5%
10	01,09	2,5%	27	01	2%
10	02 ao 08 e10	3%	28	01	5%
11	02	3%	29	01	2%
11	01,03,04	3%	30	01	2%
12	03	-	31	01	3%
12	09 ao 17	2%	32	01	3%
12	01,04 ao 07	3%	33	01	5%
12	02,08	5%	34	01	5%
13	02 ao 05	2%	35	01	2%
14	01 ao 13	2%	36	01	2%
15	01 ao 18	5%	37	01	2%
16	01	5%	38	01	2%
17	01,02,14,15	2%	39	01	2%
17	04,05,12,19	2,5%	40	01	5%

Fonte: Art. 269 da Lei Complementar 021 de 20 de dezembro de 2005, adaptada pelo autor.

ANEXO P - Anuário 2007 - Número de estabelecimentos, por porte.

Número de estabelecimentos, por porte Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2005					
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Norte	57.561	12.313	1.499	906	72.279
Acre	2.892	569	55	35	3.551
Amapá	2.495	604	96	50	3.245
Amazonas	8.930	2.599	433	295	12.257
Pará	22.305	5.139	615	396	28.455
Rondônia	11.453	1.975	170	77	13.675
Roraima	1.808	359	35	18	2.220
Tocantins	7.678	1.068	95	35	8.876
Nordeste	260.888	43.181	4.814	2.917	311.800
Alagoas	12.977	2.237	207	168	15.589
Bahia	80.180	12.548	1.363	861	94.952
Ceará	41.054	6.832	862	500	49.248
Maranhão	16.103	3.093	323	198	19.717
Paraíba	18.817	2.623	307	151	21.898
Pernambuco	48.892	8.503	945	591	58.931
Piauí	11.737	1.948	217	123	14.025
Rio Grande do Norte	19.533	3.370	341	195	23.439
Sergipe	11.595	2.027	249	130	14.001
Sudeste	931.649	162.264	18.805	11.212	1.123.930
Espírito Santo	39.835	6.654	667	373	47.529
Minas Gerais	225.919	31.833	3.289	1.793	262.834
Rio de Janeiro	159.244	32.298	3.658	2.487	197.687
São Paulo	506.651	91.479	11.191	6.559	615.880
Sul	412.589	56.304	6.157	3.059	478.109
Paraná	142.355	20.828	2.209	1.186	166.578
Rio Grande do Sul	161.082	20.181	2.428	1.179	184.870
Santa Catarina	109.152	15.295	1.520	694	126.661
Centro-Oeste	136.814	22.558	2.096	1.320	162.788
Distrito Federal	30.958	5.783	641	480	37.862
Goiás	55.393	8.276	747	440	64.856
Mato Grosso	27.534	4.855	379	219	32.987
Mato Grosso do Sul	22.929	3.644	329	181	27.083
BRASIL	1.799.501	296.620	33.371	19.414	2.148.906

Fonte: MTE, Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Inclui apenas os estabelecimentos com empregados

Fonte : Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2007 - Pág. 26 e 27.

ANEXO Q - Anuário 2007 - Número de empregados, por porte do estabelecimento.

Número de empregados, por porte do estabelecimento
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2005

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Norte	203.688	277.943	168.823	299.447	949.901
Rondônia	39.411	43.178	15.807	19.761	118.157
Acre	9.846	12.000	6.458	7.414	35.718
Amazonas	33.976	61.985	53.483	120.933	270.377
Roraima	5.874	7.476	3.421	3.869	20.640
Pará	81.330	118.601	72.167	127.028	399.126
Amapá	8.784	12.148	8.170	10.975	40.077
Tocantins	24.467	22.555	9.317	9.467	65.806
Nordeste	849.643	952.636	506.080	1.240.627	3.548.986
Maranhão	52.700	66.436	31.823	64.057	215.016
Piauí	38.870	43.011	21.412	41.757	145.050
Ceará	135.835	160.065	92.829	226.065	614.794
Rio Grande do Norte	66.460	75.152	37.180	76.112	254.904
Paraíba	59.508	59.364	35.492	56.721	211.085
Pernambuco	167.096	186.342	97.575	261.643	712.656
Alagoas	40.972	48.459	18.744	121.274	229.449
Sergipe	38.083	45.416	30.413	43.502	157.414
Bahia	250.119	268.391	140.612	349.496	1.008.618
Sudeste	3.107.096	3.679.617	2.073.978	4.698.589	13.559.280
Minas Gerais	717.409	716.315	374.338	770.601	2.578.663
Espírito Santo	134.868	152.138	69.146	130.938	487.090
Rio de Janeiro	533.256	688.051	345.343	972.912	2.539.562
São Paulo	1.721.563	2.123.113	1.285.151	2.824.138	7.953.965
Sul	1.313.590	1.306.846	737.313	1.293.089	4.650.838
Paraná	459.027	474.087	248.415	470.660	1.652.189
Santa Catarina	367.038	361.597	191.901	325.630	1.246.166
Rio Grande do Sul	487.525	471.162	296.997	496.799	1.752.483
Centro-Oeste	442.352	482.249	202.211	548.541	1.675.353
Mato Grosso do Sul	72.282	75.360	35.909	64.523	248.074
Mato Grosso	92.756	102.508	39.000	67.810	302.074
Goiás	179.978	182.913	75.397	187.138	625.426
Distrito Federal	97.336	121.468	51.905	229.070	499.779
BRASIL	5.916.369	6.699.291	3.688.405	8.080.293	24.384.358

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Fonte : Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2007 - Pág. 100 e 101.

ANEXO R - Anuário 2007 - remuneração média dos empregados, por porte do estabelecimento.

Remuneração média dos empregados, por porte do estabelecimento Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2005 (em R\$)				
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Micro	Pequena	Média	Grande
Norte	448	559	628	630
Acre	404	503	553	441
Amapá	425	537	551	601
Amazonas	479	596	718	763
Pará	445	542	611	612
Rondônia	451	581	637	654
Roraima	414	507	599	474
Tocantins	449	563	567	519
Nordeste	417	515	648	682
Alagoas	401	479	603	630
Bahia	433	540	681	724
Ceará	389	490	644	722
Maranhão	396	479	572	579
Paraíba	434	499	618	642
Pernambuco	436	558	717	746
Piauí	374	449	516	610
Rio Grande do Norte	405	484	656	587
Sergipe	407	468	556	599
Sudeste	572	755	939	1.252
Espírito Santo	487	600	707	711
Minas Gerais	443	566	680	815
Rio de Janeiro	512	642	801	1.216
São Paulo	654	872	1.078	1.383
Sul	566	727	809	908
Paraná	544	698	781	924
Rio Grande do Sul	576	757	825	912
Santa Catarina	582	727	832	876
Centro-Oeste	513	649	789	818
Distrito Federal	564	702	869	932
Goiás	484	616	736	820
Mato Grosso	533	649	764	708
Mato Grosso do Sul	494	634	776	730
BRASIL	537	695	850	1.060

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Fonte: Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2007 - Pág. 187 e 188.